

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Daniel Neves Berto

A Sustentabilidade e a Tomada de Decisão em uma Pequena
Propriedade Rural

Porto Alegre
2009

Daniel Neves Berto

A Sustentabilidade e a Tomada de Decisão em uma Pequena
Propriedade Rural

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Profa. Dra. Tania Nunes da Silva

Porto Alegre
2009

Daniel Neves Berto

**A Sustentabilidade e a Tomada de Decisão em uma Pequena
Propriedade Rural**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Profa. Dra. Tania Nunes da Silva

Conceito final:

Aprovado em de de

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eugênio Ávila Pedrozo

Orientadora: Profa. Dra. Tania Nunes da Silva

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de demonstrar minha gratidão à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela possibilidade de estudar em uma universidade pública e com qualidade de ensino.

Ao produtor, senhor Valdemar e sua esposa dona Odila, pela generosa hospitalidade e paciência dispensada durante horas de entrevistas. Agradeço também, pela experiência de vida, compartilhada juntamente como o bom chimarrão.

À Profa. Dra. Tania Nunes da Silva, pela objetividade na orientação e atenção prestada durante o projeto e a realização deste estudo.

Ao futuro administrador Guarací de Mello pela ajuda na localização e identificação do caso a ser estudado.

Aos colegas Cristiano e Rafael pelo apoio prestado e pela motivação durante a realização do curso de administração.

RESUMO

A relação da tomada de decisão em pequenas propriedades rurais com os aspectos da sustentabilidade ainda é pouco estudada nos meios acadêmicos. Com o crescente interesse das pessoas pela sustentabilidade do planeta, é necessário entender como é possível equilibrar as dimensões econômicas, sociais e ambientais dentro da produção de alimentos.

O presente trabalho é um estudo de caso único que buscou identificar o processo de tomada de decisão de um pequeno proprietário de terras, identificando os valores e critérios que o levavam a escolher certas atividades para aplicar na propriedade. Procuramos, também, relacionar os valores e critérios de decisão com os aspectos da sustentabilidade na propriedade. O estudo ocorreu em uma propriedade de 20 hectares, localizada no interior do município de Novo Hamburgo, onde se pratica a agricultura familiar.

A pesquisa teve caráter exploratório e descritivo. O método utilizado para coleta de dados foram as entrevistas semi-estruturadas realizadas com o proprietário do sítio estudado. Foi utilizado o método de análise qualitativa dos dados. Os fatos foram relacionados na ordem cronológica de acontecimento. Foram constatadas a influencia de valores pessoais do produtor na tomada de decisão e verificados que esses valores podem influenciar na questão da sustentabilidade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 CENÁRIO	7
1.2 PROBLEMA	10
1.3 JUSTIFICATIVA	11
1.4 OBJETIVOS	13
1.4.1 Objetivo Geral.....	13
1.4.2 Objetivos Específicos.....	13
2 REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1 SUSTENTABILIDADE	14
2.1.1 As Dimensões da Sustentabilidade	16
2.1.1.1 A Dimensão Econômica	16
2.1.1.2 A Dimensão Social	17
2.1.1.3 A Dimensão Ambiental	17
2.1.2 Indicadores de Sustentabilidade	18
2.2 TOMADA DE DECISÃO.....	20
2.2.1 A Racionalidade na Tomada de Decisão.....	21
2.2.2 A Percepção na Tomada de Decisão.....	24
2.2.3 Métodos de Auxílio à Tomada de Decisão.....	26
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
3.1 ESTRATÉGIA DE PESQUISA.....	28
3.2 AMBIENTE DA PESQUISA.....	30
3.3 ETAPAS DA PESQUISA	31
3.3.1 Preparação para a Coleta de Dados	31
3.3.2 Coleta de Dados	31
4 ANÁLISE.....	34
4.1 HISTÓRICO DO PRODUTOR	34
4.2 DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE.....	37
4.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PROPRIEDADE.....	39
4.3.1 Produção Agrícola	39
4.3.2 Produção Leiteira.....	40
4.3.3 Produção Frutífera.....	42

4.3.4 Atividades não-agrícolas	43
4.4 TOMADA DE DECISÃO NA PROPRIEDADE.....	44
4.4.1 Descrição da Tomada de Decisão.....	44
4.4.2 Análise da Tomada de Decisão.....	46
4.4.2.1 Critérios de Decisão nas Atividades.....	46
4.4.2.2 A Racionalidade na Decisão de Atividades	48
4.5 SUSTENTABILIDADE NA PROPRIEDADE	49
4.5.1 Dimensão Econômica da Sustentabilidade nas Atividades.....	49
4.5.2 Dimensão Social da Sustentabilidade nas Atividades.....	51
4.5.3 Dimensão Ambiental da Sustentabilidade nas Atividades.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS.....	60
ANEXOS	64

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo iremos apresentar o cenário em que se desenvolve o trabalho, o problema abordado, a justificativa para a sua realização e os objetivos do mesmo. Nele encontramos, também, a pergunta que buscaremos responder com a realização deste estudo de caso.

1.1 CENÁRIO

Durante a Revolução Industrial, no século XVIII, a humanidade desenvolveu uma nova mentalidade de produção e consumo que ainda hoje vem gerando grandes mudanças no meio ambiente. Com o advento da máquina a vapor, houve um crescimento da produção industrial mecanizada, o que provocou mudanças de ordem econômica, ecológica, política e social (MOTA, 2001, p. 18). A produção em escala, que explora os recursos naturais e produz rejeitos indiscriminadamente, vem degradando a natureza. O desmatamento de grandes áreas de florestas para ampliação da atividade agropecuária, a extração irresponsável de recursos minerais do solo, a redução da biodiversidade pela exploração da caça e da pesca comercial e o lançamento de resíduos nocivos na natureza são exemplos claros de como essa mentalidade vem agredindo o meio ambiente durante anos.

Muitos estudos têm buscado relacionar quais os efeitos dessas ações do homem sobre as mudanças climáticas do planeta. Segundo Lemos et al. (2008, p. 39), o aumento da temperatura média do planeta começou a se verificar de forma consistente a partir de meados do século XIX e, em virtude de sua associação com a Revolução Industrial, vem sendo atribuído ao lançamento de gases na atmosfera por equipamentos industriais e veículos automotores. Esses e outros gases, segundo os autores, têm a capacidade de concentrar o calor na baixa troposfera gerando aumento da temperatura do planeta.

A Teoria do Aquecimento Global inspirou muitos cientistas a fazerem previsões de quais são os efeitos dessas mudanças climáticas sobre o futuro do planeta. Segundo o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento

Sustentável - CEBDS, os efeitos do aquecimento global já são visíveis e tendem a se agravar. O aumento do nível do mar, a maior frequência das secas e tempestades e a ocorrência de furacões como o Catarina no sul do Brasil, são exemplos recentes. Em artigo publicado em 04 de julho de 2008, o CEBDS divulgou previsões de mudanças climáticas para o Brasil e afirmou: “no Sudeste as chuvas irão aumentar significativamente, prejudicando a agricultura e aumentando a intensidade e frequência de inundações em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo”. Meses depois, o jornal O Globo publicou, em 22 de dezembro de 2008, a seguinte manchete: “chuva provoca inundações e alaga casas em Sorocaba”. Diante dos exemplos citados fica difícil negar a necessidade de ações que busquem a redução desses efeitos sobre a natureza. A preservação de florestas é citada popularmente como uma das ações mais urgentes no auxílio a redução de gás carbônico na atmosfera.

No Brasil, a Lei 4771, que institui o Código Florestal Brasileiro, trata da preservação de florestas. Ela data do ano de 1965, mas, apesar de sua idade avançada, é um tema muito discutido atualmente entre governantes e representantes de diversos segmentos da sociedade. Uma grande polêmica tem surgido em torno do uso da terra. O Código Florestal instituiu Áreas de Preservação Permanentes e Áreas de Reserva Legal que devem ser preservadas no interior das propriedades rurais. Por outro lado, os produtores alegam que, para cumprir tais exigências do Código Florestal, muitas propriedades perderiam grande parte de suas áreas produtivas atuais, e outras até mesmo deixariam de existir, tornando-se Áreas de Preservação Permanente.

Tal situação ilustra um dos principais dilemas enfrentados atualmente no país: crescimento econômico e uso racional dos recursos naturais. A crescente pressão mundial pela preservação do meio ambiente e maior conscientização da opinião pública sobre os problemas ambientais, vem mobilizando representantes políticos para a causa da preservação. Com interesses diferentes, apresentam-se representantes de alguns setores de produção agropecuária, que pressionam os governantes para a exploração de áreas pouco produtivas, como a Floresta Amazônica.

Outra questão polêmica no Código Florestal é a tentativa de sua aplicação em todo o território nacional sem levar em consideração as particularidades de cada

região. O atual código não distingue, quanto a Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, as diferenças do tipo de ocupação da terra, nem os diferentes biomas do nosso extenso país. No estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, a ocupação da região de Garibaldi e Bento Gonçalves, hoje localizado o Vale dos Vinhedos, ocorreu através da distribuição de pequenos lotes, com média de 25 hectares cada, localizados em áreas de encostas e margens de rios (MÜLLER, 1998). Tais áreas, utilizadas para desenvolver uma das regiões mais prósperas do estado, seriam hoje enquadradas, em sua maioria, como Áreas de Preservação Permanente.

Diante dessa polêmica, presenciamos na sociedade muitas discussões de como solucionar o dilema crescimento econômico e preservação do meio ambiente. Uma das linhas de pensamento diz respeito a como utilizar Áreas de Preservação Permanente para fins econômicos sem prejudicar o ecossistema local. Alega-se que atividades como, cultivos de lenhosas não necessitam de movimentação periódica do solo, o que reduz a possibilidade de erosão e conseqüente assoreamento dos cursos de água.

Mas, é importante ressaltar que a preservação de florestas não é a única solução para a questão do Aquecimento global. A utilização de formas de energias limpas como a eólica e a solar, reciclagem do lixo, biocombustíveis e até mudanças culturais como redução do consumo e valorização da produção regional são também, exemplos de soluções para essa questão. São muitas as alternativas, porém não existe um consenso sobre como mudar o panorama atual de aquecimento global. O que tem ganhado aceitação na sociedade é o conceito de sustentabilidade que vem norteando muitas ações que buscam esse objetivo.

O conceito de sustentabilidade apresenta-se em diversas situações e é utilizado de várias formas e com significados diferentes. Encontramos o termo associado a outros como: desenvolvimento sustentável, crescimento sustentável e sustentabilidade ambiental, assumindo várias interpretações e gerando contradições e conflitos. Um dos significados mais encontrados para desenvolvimento sustentável surgiu durante trabalhos da Comissão Brundtland, criada em 1983. Ela divulgou o conceito como a capacidade de satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades (ALMEIDA, 2002, p. 56).

Outro aspecto importante que vem sendo estudado quando falamos em sustentabilidade é o de que a sustentabilidade ambiental é inseparável dos aspectos da sustentabilidade econômica e social (RUSCHEINSKY, 2004). Devemos entender que para haver sustentabilidade deve existir o equilíbrio entre estes três pilares: econômico, social e ambiental. O aspecto humano não está excluído do conceito de sustentabilidade.

A agricultura familiar é um dos ambientes aonde as questões da sustentabilidade vêm sendo estudadas. Fatores sociais como a geração de renda e as questões da produção de alimentos através da agricultura familiar relacionam-se bem com as idéias de sustentabilidade apresentadas por Ruscheinsky. Dessa forma o tema da agricultura familiar vem retornando às discussões da atualidade.

1.2 PROBLEMA

Essa interação entre o homem e a natureza nos leva ao ambiente onde essa aproximação é mais forte, o das propriedades rurais. Esse trabalho irá focar o ambiente da pequena propriedade rural, tendo em vista sua dificuldade em sobreviver, diante das questões legais já abordadas, e de sua baixa competitividade, se comparada à produção em escala das grandes propriedades rurais. É um grande desafio para os pequenos proprietários de terras encontrar atividades que, além de fornecer renda suficiente para sua sobrevivência, preservem a natureza e obedeçam à legislação imposta. Essa busca por atividades denominadas sustentáveis, devem vislumbrar seus efeitos no longo prazo, pois o conceito de sustentabilidade se apóia nessa visão. Onde houver desenvolvimento desse tipo de atividade, maior serão as chances de manter o pequeno agricultor e suas futuras gerações no meio rural.

O sucesso ou fracasso de cada atividade exercida em uma propriedade rural depende da capacidade de análise e decisão de seu gestor. O processo de tomada de decisão nem sempre é consciente e racional. Desde os primórdios da civilização, o homem utilizava em suas decisões, componentes do mundo mítico ou das culturas mágicas, procurando estabelecer uma relação com o sobrenatural para prever o futuro e tomar decisões (PEREIRA; FONSECA, 1997, p. 174). Com o desenvolvimento da civilização e o progresso da ciência, essa forma de tomar

decisão foi cedendo lugar a outras formas de decidir como o modelo racional ou o intuitivo. Segundo Robbins (2004, p. 74) o modelo racional busca aperfeiçoar as decisões em escolhas consistentes, com maximização de valor, utilizando etapas como: definição do problema, identificação dos critérios de decisão, avaliação dos critérios identificados, desenvolvimento de alternativas, avaliação das alternativas segundo os critérios estabelecidos e escolha da melhor alternativa.

A decisão do tipo de negócio que será desenvolvido, em uma área rural, é algo bastante complexo quando a pessoa que irá decidir não possui conhecimentos sobre esses tipos de negócio. Torna-se necessário um levantamento dos tipos de atividades que melhor atendam o perfil produtivo da propriedade. São muitas as opções que se apresentam e por esse motivo faz-se necessário o estabelecimento de critérios de decisão para a seleção da atividade. É nesse momento que é determinado o que é relevante para a tomada de decisão. São considerados nessa etapa, interesses, valores e outras preferências pessoais de quem irá decidir (ROBBINS, 2004 p. 74). O processo de decisão racional habilita o indivíduo a escolher entre alternativas de negócios, visualizando as conseqüências em longo prazo. Essa análise das conseqüências futuras é um fator indispensável para atingir os objetivos da sustentabilidade.

Dentro do contexto de tomada de decisão forma-se a questão principal desse estudo que é: Como a decisão de atividade de um pequeno proprietário rural pode influenciar a questão da sustentabilidade?

1.3 JUSTIFICATIVA

Durante muitos anos a produção rural preocupou-se com as questões de como aumentar a produtividade sem questionar a que custo para as futuras gerações. A derrubada de matas ciliares para aumentar áreas de produção degradou a qualidade da água dos rios que apresentam altos índices de assoreamento. O manejo inadequado do solo contribuiu para a formação de grandes áreas degradadas pela erosão pluvial e eólica.

Segundo Marques (2003, p. 19), a Revolução Verde, no Brasil, trouxe, num primeiro momento, um aumento da produtividade e da produção notado nos

produtos de exportação, mas apresentou dois grandes fatores de degradação. O primeiro fator refere-se ao incremento no uso de insumos, da mecanização e da expansão monocultivos que levou a degradação de grandes áreas, muitas delas abandonadas após poucos anos de cultivo. O segundo fator se deu com a intensificação da produção em áreas não aptas, ou acima de sua capacidade de suporte, provocando erosão e contaminação dos solos e água com agroquímicos.

A inadequação do modelo produtivo citado, a crescente preocupação da sociedade com o meio ambiente e a difusão do conceito de sustentabilidade, motivou a busca de modelos alternativos e sustentáveis para o meio rural. Dentro desse cenário a agricultura familiar tem ganhado expressão pelo seu caráter não somente produtivo como também social. Segundo a Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária – Embrapa, a agricultura familiar representa a maioria dos produtores rurais do Brasil, com cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos. Afirma também, que o segmento detêm vinte por cento das terras e é responsável por trinta por cento da produção global do país.

Diante da importância representada pela agricultura familiar no país, este trabalho irá focar o processo de decisão no universo das diversas atividades que podem ser desenvolvidas em pequenas propriedades rurais. Com a crescente oferta de atividades propícias aos sistemas de pequenas propriedades, cresce também a dificuldade de selecionar as atividades que oferecem melhores condições de desenvolver a sustentabilidade. Com a produção altamente mecanizada e o uso intensivo do solo e da água ocorrido nas grandes propriedades agrícolas, o pequeno produtor fica cada vez mais vulnerável a perder mercado em uma economia francamente globalizada. Para Marques (2003, p. 21), “o desenvolvimento sustentável no seu conceito mais amplo não será alcançado enquanto prevalecer a lógica de mercado ao invés da lógica das necessidades”.

As informações obtidas nesse trabalho têm a finalidade de ajudar a orientar a escolha do agricultor e incentivar a opção por atividades que apresentem bons resultados econômicos, sociais e ambientais. Através dessa ação pretende-se promover a escolha de atividades sustentáveis para aumentar não somente a renda, mas também a sobrevivência da pequena propriedade no longo prazo.

Através do presente trabalho poderá ser motivada a melhor utilização de terras, tendo o cuidado de realizar atividades economicamente viáveis e que não

agridam o meio ambiente. Dessa forma estaremos contribuindo para aplicar e difundir a idéia da sustentabilidade no meio rural. Trabalhando os recursos naturais de forma responsável estaremos contribuindo para melhorar as condições de vida das futuras gerações. Segundo Ruscheinsky (2004, p. 52), “a manutenção e recuperação da base de recursos naturais constituem aspectos centrais para atingir-se patamares crescentes de sustentabilidade”.

1.4 OBJETIVOS

Com o intuito de encontrar as possíveis respostas para a problemática abordada nesse trabalho, foram formulados os seguintes objetivos:

1.4.1 Objetivo Geral

Explicitar como foi o processo de decisão de atividades na pequena propriedade estudada, levando-se em consideração os aspectos da sustentabilidade em cada uma delas.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Enumerar as atividades que foram realizadas na propriedade, ao longo de sua existência.
- Identificar como se deu e quais os critérios das decisões para escolha e realização de cada atividade.
- Relacionar os impactos ambientais, econômicos e sociais das principais atividades desenvolvidas na propriedade.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão teórica deste trabalho irá focar os conceitos envolvidos na problemática do mesmo. Ela tem como propósito melhorar a compreensão do leitor com relação aos assuntos abordados no trabalho. Sendo assim, serão abordados as questões da sustentabilidade, seu conceito e a utilização do termo. Será abordado, também, o processo de tomada de decisão, enfocando a questão da racionalidade envolvida no mesmo e a influencia da percepção na decisão.

2.1 SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade é uma palavra que, até recentemente, não fazia parte dos discursos e debates na sociedade. No entanto, hoje seu uso tornou-se tão comum que muitas pessoas mesmo sem saber o seu significado, acabam utilizando o termo para causar boa impressão em suas colocações. Inicialmente o conceito fazia parte do debate no meio acadêmico, hoje vem tomando espaço nas discussões da mídia e se popularizando. Segundo Ruscheisky (2004), o termo Sustentabilidade não é novo, sua origem data do século XIX e é originário do saber técnico aplicado na agricultura. Durante os anos de 1980, entrou em uso pelos ecologistas e veio se difundindo desde então.

O surgimento do conceito de sustentabilidade se deu pela necessidade de se verificar os efeitos das atividades econômicas, da produção e do consumo de bens, levando-se em consideração não somente fatores como a renda, mas também fatores sociais como maior equidade social, fatores ambientais e a preservação de ecossistemas (FREITAS, 2005).

Tudo o que diz respeito às palavras “sustentabilidade” e “sustentável” são como palavras mágicas na atualidade. Os termos são utilizados de forma estratégica para angariar fundos, aprovar projetos, alterar políticas públicas e principalmente conquistar mercados. É comum visualizarmos empresas utilizando essas palavras com o intuito de criar uma boa imagem perante o público consumidor. Na indústria, no comércio e em empresas de serviço, o termo é utilizado para enfeitar panfletos,

propagandas, cartazes, relatórios e material de mídia, muitas vezes deixando o verdadeiro conceito esquecido em algum canto da prática cotidiana (RUSCHEISKY, 2004). Muitas vezes empresas que apresentam atividades por natureza causadoras de degradação ao meio ambiente ou às comunidades do seu entorno, se auto-intitulam “empresas sustentáveis”. É importante que, assim como as palavras “sustentáveis” e “sustentabilidade” estão sendo difundidas, o seu significado seja popularizado para evitar abusos por parte de empresas oportunistas.

O conceito de sustentabilidade que mais encontramos na literatura está relacionado com a capacidade de exploração de um ecossistema sem comprometer sua capacidade de regeneração. Segundo Ruscheinsky (2004, p. 17) “as ações sustentáveis deveriam ser todas as medidas que visam manter a capacidade de reposição de uma população de uma determinada espécie, animal ou vegetal”. Esse conceito nos remete à idéia de relação direta com o futuro, é uma visão que atribui às gerações presentes a necessidade de se transferir para as próximas gerações recursos suficientes para se manter uma qualidade de vida igual ou, até mesmo, melhor que a atual.

A idéia de sustentabilidade representa, de forma geral, uma solução para a ocorrência de problemas originados nos processos de desenvolvimento tradicionais. Por esse motivo a avaliação dos processos de desenvolvimento hoje existentes, não deve se restringir à análise da produção e do consumo. Ela deve considerar toda a base de recursos naturais, a geração de resíduos e rejeitos das atividades, assim como considerar o estado em que se encontram as populações (GUIMARÃES e ALVIM, 2005).

O desenvolvimento que busca a utilização dos recursos considerando sua capacidade de regeneração é então denominado Desenvolvimento Sustentável. Segundo Almeida (2002), nos últimos anos da década de 1960, ganhava espaço a idéia de que desenvolvimento e meio ambiente eram incompatíveis. Foi o relatório da Comissão Brundtland formada em 1983, que pôs em circulação a expressão “desenvolvimento sustentável”, ele conceitua como “sustentável o desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também as suas” (Nosso Futuro Comum – Relatório Brundtland).

2.1.1 As Dimensões da Sustentabilidade

Outro aspecto importante é a questão das dimensões do desenvolvimento sustentável. Segundo Sachs (2004, p. 36), “o desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da sociedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica”. Mas, apesar de ser dado maior enfoque a estes três critérios, ele enumera como sendo cinco os pilares do desenvolvimento sustentável acrescentando os aspectos territoriais, relacionados à distribuição espacial e o aspecto político, relacionado a governança democrática. Para Ruscheinsky (2004) o desenvolvimento sustentável deve levar em conta seis dimensões relacionadas entre si: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética.

Abordaremos nesse trabalho as três dimensões que são consenso entre a maioria dos autores: a social, a econômica e a ambiental. Segundo Marques (2003, p. 22), “essas três dimensões, aparentemente conflitantes, apresentam estreita interdependência e devem ter os mesmos graus de importância para que a sustentabilidade seja alcançada”.

2.1.1.1 A Dimensão Econômica

A dimensão econômica do desenvolvimento sustentável não se trata de buscar aumento de produção e produtividade agropecuária a qualquer custo, pois eles podem ocasionar redução de renda (no caso de desvalorização do produto) ou até mesmo danos ambientais que podem resultar em perdas econômicas no curto ou médio prazo. Ela nos remete à necessidade de obter-se balanços agroenergéticos positivos, compatibilizando a produção e o consumo de energias não renováveis (RUSCHEINSKY, 2004).

Economicamente viável é considerada, na economia tradicional, a atividade produtiva onde seu retorno econômico é superior ou igual aos custos de produção. Quanto menor o custo de produção e maior o preço do produto, maior o retorno econômico dessa atividade. Para Freitas (2005) a economia tradicional não

considera como custos os resultados negativos gerados no processo de produção, superestimando assim, o retorno econômico da atividade. Segundo esse autor, uma atividade produtiva é economicamente viável, dentro do conceito de sustentabilidade, se levar em conta a eficiência ecológica, preservando as funções do meio ambiente e apresentando os resultados através de indicadores de sustentabilidade ambiental.

2.1.1.2 A Dimensão Social

Socialmente justo é o desenvolvimento que se preocupa com as camadas mais desfavorecidas na sociedade, a melhoria de sua qualidade de vida e sua maior participação nas tomadas de decisão. No modelo tradicional de desenvolvimento o acúmulo de capital é a regra que move as atividades produtivas. Já o desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, vai bem além da mera acumulação de riqueza material, ele busca alcançar uma meta de vida melhor, mais feliz e mais completa para todos (SACHS, 2004).

Para Ruscheinsky (2004, p. 53) “a dimensão social representa precisamente um dos pilares básicos da sustentabilidade”. Para o autor a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais só têm sentido se o produto gerado nos agroecossistemas possa ser eqüitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade. A dimensão social inclui, também, o estímulo à produção e o consumo de alimentos com qualidade biológica superior, eliminando o uso de insumos tóxicos no processo produtivo agrícola ou através de opções sociais de natureza ética ou moral.

2.1.1.3 A Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental nos remete à forma de tratamento dispensado aos recursos naturais. Cuidar da natureza é uma premissa essencial para ações que se queiram sustentáveis, o que exige não apenas a preservação ou a melhoria das condições do solo, mas também a manutenção e melhoria da biodiversidade, das

reservas e dos mananciais hídricos, assim como dos recursos naturais em geral (RUSCHEISKY, 2004).

Ambientalmente sustentável é o desenvolvimento que explora os recursos naturais sem degradar o meio ambiente. Nos sistemas de produção tradicionais não há a preocupação com a capacidade de absorção, por parte da natureza, dos resíduos gerados nas atividades produtivas. Também não é considerado o tempo necessário para a natureza repor os insumos que são retirados da mesma. Por isso para o desenvolvimento ser considerado sustentável ambientalmente é necessário, segundo Guimarães e Alvim (2005), a redução do consumo de insumos não renováveis, a redução da produção de resíduos e poluição, a limitação do consumo dos países e indivíduos mais ricos, a conservação da natureza e a reciclagem de resíduos.

2.1.2 Indicadores de Sustentabilidade

A partir do momento em que compreendemos o conceito de sustentabilidade, surge a questão de como avaliar os aspectos da sustentabilidade envolvidos em cada ação. Segundo Almeida (2002, p. 153) medir a sustentabilidade é um fator essencial para informar o tomador de decisão e demonstrar maior transparência da empresa no fornecimento de informações sobre seu desempenho. Para conseguir medir a sustentabilidade é necessário adotar indicadores, medi-los e apresentá-los em forma de relatórios aos tomadores de decisão e a sociedade. Mas, especificar e quantificar parâmetros que reflitam o grau de sustentabilidade ainda é um desafio para quem tem que fazê-lo, pois a sistematização de conceitos e rotinas ainda não está estabelecida.

O estabelecimento de indicadores tem a função de medir processos de forma quantitativa ou qualitativa com a finalidade de fornecer informações para um determinado público. Moura (2002, p. 40 e 41) apresenta como definição de indicador de sustentabilidade a seguinte sentença: “um conjunto de parâmetros que permita medir as modificações antrópicas num determinado sistema e comunicar, de forma simplificada, o estado desse sistema em relação aos critérios e metas estabelecidos para avaliar a sua sustentabilidade”.

Os indicadores de sustentabilidade devem atingir as três dimensões da sustentabilidade: social, ambiental e econômica. Para tanto o CEBDS sugere uma lista de indicadores. Listaremos alguns, subdividindo-os nas três dimensões citadas.

Indicadores de dimensão econômica:

- Produção (quantidade);
- Faturamento bruto (valor);
- Receita líquida (valor);
- Lucro operacional (valor).

Indicadores de dimensão ambiental:

- Consumo de energia (valor gasto);
- Consumo de materiais (valor consumido);
- Consumo de recursos naturais (quantidade);
- Geração de emissões, efluentes e resíduos (quantidade).

Indicadores de dimensão social:

- Empregos diretos (quantidade gerada);
- Nível de formação (escolaridade média);
- Programas de saúde (número oferecido);
- Alimentação (valor fornecido);

Como podemos notar tais indicadores são utilizados para mensurar a sustentabilidade de empresas. Já Moura (2002) propõe indicadores para avaliar a sustentabilidade em ambientes de produção agrícola. Dentre os indicadores propostos pelo autor podemos citar os seguintes:

Econômicos:

- Produtividade da terra;
- Diversidade de mercados;
- Autonomia estrutural do produtor.

Ambientais:

- Produtividade energética do sistema;
- Práticas conservacionistas;
- Renovabilidade energética do sistema.

Sociais:

- Formação cultural;
- Visão de futuro do agricultor;
- Acesso a bens de serviço.

Deve-se ressaltar que não existem indicadores “universais”, mas cada sistema terá seu próprio conjunto de indicadores dependendo de suas categorias e elementos específicos. Um critério geral para seleção de indicadores é que eles devem ser capazes de sinalizar a existência de uma degradação no sistema e advertir sobre eventuais perturbações potenciais. Para cada agroecossistema deve ser definido um conjunto particular de indicadores em função das condições agroecológicas e socioeconômicas presentes em cada região, das necessidades do usuário da informação, da disponibilidade da informação e dos custos envolvidos na geração de novos dados (MARQUES, 2003).

A definição de indicadores relacionados às dimensões da sustentabilidade poderia ser útil para o monitoramento dos contextos de sustentabilidade num determinado momento. Eles podem orientar para a necessidade de uma visão holística e um enfoque sistêmico no planejamento do uso dos recursos, dando, assim, um tratamento integral a todos os elementos do agroecossistema que venham a ser impactados pela ação humana (RUSCHEINSKY, 2004).

Dentro dessa visão, os indicadores de sustentabilidade podem ser utilizados como um dos critérios de decisão no planejamento ou avaliação das atividades nas pequenas propriedades rurais. É possível que após tomar conhecimento dos impactos de cada atividade sob os aspectos da sustentabilidade, o tomador de decisão chegue a resultados diferentes em suas escolhas.

2.2 TOMADA DE DECISÃO

Nas pequenas propriedades rurais, encontramos freqüentemente situações onde o produtor precisa tomar decisões de grande risco. Ao decidir o tipo de cultura que irá realizar, por exemplo, o produtor está apostando em bons preços de mercado e condições climáticas favoráveis para a cultura escolhida. Além desses fatores, ele ainda está exposto a perdas como erros de plantios, falhas na adubação,

atrasos na colheita, roubos e ataques de pragas. Segundo Kimura (1998, p. 53), “a produção real pode apresentar desvios em relação a produção estimada em decorrência da impossibilidade de uma perfeita predição sobre as influências de cada fator na produção final”, afirma isso referindo-se ao fato da produção agrícola estar sujeita a influência de fatores ambientais como, por exemplo, clima, características do solo, doenças, entre outros.

As pessoas em seu dia-a-dia estão acostumadas a tomar decisões. Muitas vezes o processo é tão natural que não é nem mesmo percebido pelo indivíduo. Um processo de tomada de decisão vai ganhando importância à medida que as decisões vão se tornando complexas e o indivíduo precisa optar por uma, entre muitas possibilidades. Segundo Gomes (2007), decisão é o processo que leva - direta ou indiretamente - à escolha de, ao menos, uma dentre diferentes propostas, todas estas candidatas a encontrar uma solução para um determinado problema. Ela é percebida segundo o autor em três dimensões: a importância em termos de satisfação de valores, a velocidade exigida para tomada da decisão e o grau de individualidade ou coletividade em que é tomada a decisão.

Decisões que requerem maior esforço para sua solução são comuns em uma infinidade de áreas, e desde os tempos remotos os indivíduos tentam resolvê-las apoiando-se em abstrações, heurísticas e raciocínios dedutivos, a fim de validar e guiar suas escolhas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, um grande número de organizações de pesquisa dedicou-se à busca de soluções para a tomada de decisão por meio da, então, recente, Pesquisa Operacional, que utilizava modelos matemáticos para facilitar as escolhas (WELGACZ, 2007).

2.2.1 A Racionalidade na Tomada de Decisão

Nas organizações atuais, cada vez mais os responsáveis pela tomada de decisão preocupam-se em tomar decisões acertadas. Segundo Simon (1965, p. 89), “a racionalidade ocupa-se da seleção de alternativas de comportamento preferidas de acordo com algum sistema de valores que permite avaliar as conseqüências desse comportamento”. A racionalidade preocupa-se com a argumentação lógica de

uma determinada ação. É o comportamento que busca encontrar meios que conduzam uma ação a alcançar uma finalidade previamente estabelecida.

A decisão como fruto da racionalidade é a capacidade do homem buscar através da razão a solução das complexidades do processo decisório. A racionalidade é a aplicação da razão para conhecer, julgar e elaborar pensamentos e explicações. São esses pensamentos e explicações que habilitam o indivíduo a efetuar escolhas e mensurar os riscos conseqüentes das mesmas (PEREIRA e FONSECA, 1997).

O modelo de tomada de decisão racional é composto, segundo Robbins (2004), pelas seis etapas a seguir: 1- Definir o problema, onde se identifica o estado existente e o estado desejável. 2- Identificar os critérios de decisão, determinando o que é importante para a resolução do problema. Nesse ponto são consideradas as características do indivíduo que irá tomar a decisão, pois o que é importante para uma pessoa pode não ser para outra. 3- Pesar os critérios identificados, para lhes dar a correta prioridade. Dificilmente os critérios identificados terão a mesma importância, por isso é necessário identificar diferentes pesos a cada um. 4- Desenvolver alternativas é o passo onde são enumeradas possibilidades que auxiliem o tomador de decisão a obter êxito na resolução do problema. 5- Avaliar as alternativas segundo os critérios estabelecidos, para tornar evidentes os pontos fortes e fracos das mesmas perante os critérios e pesos definidos anteriormente. 6- Escolher a melhor alternativa, considerando o resultado das avaliações e pontuações obtidas nas etapas anteriores.

É importante salientar que, nem sempre podemos prever as conseqüências de uma decisão antes de executá-la. March e Simon (1975, p. 193) afirmam que “a cada alternativa associam-se um conjunto de conseqüências – os acontecimentos que sobrevirão se uma determinada alternativa for escolhida”. Para eles, as teorias vigentes se dividem em três categorias: 1- A certeza: teorias nas quais se supõe que o tomador de decisão conhece as conseqüências exatas de cada alternativa; 2- o risco: teorias que pressupõe saber exatamente qual a distribuição de probabilidades de ocorrência das conseqüências de cada alternativa; 3- incerteza: teorias onde as conseqüências de cada alternativa não são passíveis de previsão por probabilidades definidas. As conseqüências de cada alternativa se enquadram em um conjunto de todas as conseqüências possíveis.

Simon (1965, p. 90) apresenta outra forma de representar a limitação da racionalidade na tomada de decisão, dividindo-a em dois tipos: “uma decisão pode ser chamada objetivamente racional se representa de fato o comportamento correto para maximizar certos valores numa dada situação. É subjetivamente racional se maximiza a realização com referência ao conhecimento real do assunto”. Dessa forma, para ser objetivamente racional uma decisão precisaria basear-se em fatos e dados prescritos ou mensuráveis que sejam eficazes para alcançar os objetivos propostos. Enquanto que uma decisão subjetivamente racional apóia-se em informações e conhecimentos reais, filtrados pelos valores e experiências pessoais. Segundo March e Simon (1975, p. 195), “a escolha feita pelo homem racional, quando lhe faltavam informações, poderia ter sido outra, se tivesse sabido. Uma escolha feita nessas condições será, quando muito, subjetivamente racional”.

No comportamento real, três fatores dificultam a aplicação da racionalidade objetiva: 1- a racionalidade objetiva exige um conhecimento completo e antecipado das conseqüências de cada alternativa. No comportamento real esse conhecimento é incompleto; 2- sendo as conseqüências pertencentes ao futuro, só é possível imaginar os valores das mesmas de maneira imperfeita; 3- a racionalidade pressupõe o conhecimento de todas as alternativas possíveis. No comportamento real, lidamos com apenas uma fração de todas as alternativas possíveis. O comportamento real se distingue do comportamento racional em muitos momentos, pois o ser humano possui um conhecimento limitado das condições que cercam sua ação. Outro limitante é sua ligeira percepção da regularidade dos fenômenos, que lhe permite estimar futuras conseqüências com base no conhecimento das circunstâncias atuais (SIMON, 1965).

Por esse motivo é possível dizer que no comportamento real o tomador de decisão nem sempre busca a solução ótima em cada decisão. Segundo Miller e Starr (1970), freqüentemente, na tomada de decisão, encontramos um número enorme de escolhas possíveis para ação. Qualquer tentativa de obter informações sobre todas elas seria inútil, pois o tempo necessário para tal tarefa inviabilizaria o processo de decisão. Além disso, há virtualmente inumeráveis fatores fora do controle do tomador de decisão. Seria impossível relacionar todos esses fatores com a finalidade de enumerar todos os seus efeitos para determinar a ação ótima. Para March e Simon (1975, p. 198), “todo o processo decisório humano... ocupa-se da

descoberta e seleção de alternativas satisfatórias; somente em casos excepcionais preocupa-se com a descoberta e seleção de alternativas ótimas”.

Outra forma de abordar o conceito de racionalidade é apresentada por Ramos (1983), onde o comportamento racional é subdividido em dois tipos: a “racionalidade funcional de a racionalidade substancial”. Trata-se de observar a racionalidade pelo aspecto da justificativa dos atos dos agentes. São consideradas funcionalmente racionais as ações ou elementos que buscam atingir um objetivo preestabelecido, independentemente da qualidade ou conteúdo da ação. Esse tipo de racionalidade é aferido em função do objetivo a ser alcançado. Já a racionalidade substancial é focada no conhecimento lúcido e autônomo de relações entre fatos. Nela a razão que preside ao ato está vinculada ao seu teor de acurácia intelectual. Na sociedade industrial e tecnológica, difunde-se a lógica da racionalidade funcional, onde não se busca o entendimento e a compreensão, e sim o alcance de objetivos de promoções de carreira, melhorias e ascensões. É nesse momento que se observa o perigo da tendência de massificação e robotização do comportamento humano.

2.2.2 A Percepção na Tomada de Decisão

Dentre os fatores que influenciam a tomada de decisão do indivíduo encontra-se o fator percepção. Como vimos anteriormente, o processo decisório envolve várias ações como: a identificação do problema, avaliação de alternativas, definição de pesos e critérios de avaliação, entre outras. Essas ações são altamente influenciadas por processos individuais de percepção da realidade. Segundo March e Simon (1975, p. 212), “os passos que conduzem o agente a definir a situação de determinada maneira envolvem um complexo entremeado de processos afetivos e cognitivos. O que uma pessoa deseja e aprecia influencia o que vê; o que ela vê influencia o que quer e aprecia”.

Robbins (2004, p. 104) define a percepção como “o processo pelo qual os indivíduos organizam e interpretam suas impressões sensoriais com a finalidade de dar sentido ao seu ambiente. Entretanto, o que uma pessoa percebe pode ser substancialmente diferente da realidade objetiva”. A percepção é um processo onde as pessoas constroem sua própria versão da realidade. Essa versão não

necessariamente estará em desacordo com a realidade, mas influenciará o resultado das ações de cada indivíduo.

O comportamento humano envolve escolha consciente ou inconsciente de determinadas ações, isso é, ao seguir determinado curso de ação, o indivíduo automaticamente abandona outros. Em alguns casos o processo de seleção consiste em ações reflexas condicionadas, onde para cada estímulo está programada uma ação. Em outros casos o processo de escolha envolve cadeias complexas de planejamento. Esse planejamento normalmente está orientado no sentido de atingir objetivos e metas (SIMON, 1965). Segundo March e Simon (1975, p. 212), “a cognição entra, também, no processo de formação de objetivos... eles refletem as percebidas relações entre meios e fins e, conseqüentemente, modificam-se à medida que mudam as convicções a respeito dessas relações”.

Quando nos deparamos com um problema complexo, tendemos a simplificá-lo a um nível onde possa ser compreendido mais facilmente. Isso ocorre porque nossa capacidade de processamento de informações é limitada, o que torna impossível assimilar e compreender todos os dados necessários para uma otimização do problema. Devido a essa limitação da capacidade da mente humana, construímos modelos simplificados, que extraem os aspectos essenciais dos problemas. Esses modelos são diretamente influenciados pelas percepções e convicções do seu criador. Quando uma pessoa observa algo e tenta interpretar sua percepção, essa interpretação é fortemente influenciada por suas características pessoais. Algumas características individuais como: atitudes, motivações, interesses, experiências passadas e expectativas influenciam de forma significativa a percepção da pessoa. As características do objeto observado ou o contexto onde está inserido são, também, fatores que influenciam a percepção do indivíduo sobre o mesmo (ROBBINS, 2004).

Entre os tipos de simplificações mais freqüentes da realidade e comumente utilizado entre as pessoas estão: 1- a percepção seletiva onde o indivíduo atribui maior importância a fatores relacionados aos seus interesses; 2- efeito Halo onde construímos uma impressão geral de alguém ou algum grupo com base em uma única característica; 3- projeção onde se pressupõe a semelhança entre observador e observado; 4- estereotipagem como avaliação do indivíduo com base na nossa percepção do grupo ao qual ele faz parte; 5- expectativa que é a tendência do

observador em decodificar segundo a teoria de que é adepto (ROBBINS, 2004). Segundo Hammond (2004, p. 186), “o que torna essas armadilhas tão perigosas é sua invisibilidade. Pelo fato de que a maioria delas está solidamente enraizada em nosso processo de raciocínio, deixamos de reconhecê-las”.

2.2.3 Métodos de Auxílio à Tomada de Decisão

Atualmente, existem muitos métodos de auxílio à tomada de decisão. Esses métodos são abordados na literatura como métodos monocritérios ou métodos multicritérios, nomenclaturas relacionadas ao número de critérios utilizados nas decisões. Em Gomes (2007, p. 22) relata-se que, para solucionar problemas decisórios complexos utilizou-se até a primeira metade do século XX, a esperança matemática. Esse modelo era especialmente utilizado para obter a melhor solução em problemas de decisão com um critério, também chamado monocritério. Porém, com o fim da Segunda Guerra Mundial, com a experiência adquirida pelas Forças Aliadas em resolver problemas de logística militar, desenvolveram-se diversos métodos estritamente matemáticos para definição da solução ótima em uma função objetivo. Ainda hoje esses métodos são utilizados em muitas aplicações como: atribuição de fluxos a redes, estabelecimento de caminho mínimo, otimização de inventários, problemas de misturas e outros.

Muitas das decisões tomadas na sociedade atual baseiam-se em um ou dois critérios, geralmente econômico ou financeiro, através de técnicas monocriteriais como a da otimização pela pesquisa operacional. Nestes métodos não é simples considerar a presença e a importância de fatores subjetivos, sejam eles quantificáveis ou não, levando muitas vezes a decisões que não seriam as mais adequadas para atender as prioridades sócio-econômicas essenciais de uma comunidade. Acredita-se que os métodos de avaliação multicriterial podem ajudar na inclusão das variáveis ambientais nos processos de tomada de decisão (LUCENA, 1996).

Os métodos multicritérios de decisão servem para ordenar, selecionar, classificar ou descrever as diferentes alternativas mediante as quais se tomará a decisão. Eles não pretendem, portanto encontrar uma única solução ótima para o

problema, como o faz a pesquisa operacional. Os métodos multicritérios buscam apresentar ao tomador de decisão recomendações de ações de decisão que estejam de acordo com as preferências apresentadas pelos agentes de decisão. O primeiro método multicritério foi proposto, em 1968, na cidade de Paris, por Bernard Roy. A partir daí surgiram muitos métodos multicritérios entre eles os métodos ELECTRE, PROMÉTHÉE, MAUT, AHP, TODIM, MACBETH e outros (GOMES, 2007).

Diante de tantos métodos de auxílio à tomada de decisão, é possível perceber a importância dada a esse assunto no meio acadêmico. No ambiente das instituições, porém, ainda são poucas as pequenas instituições que utilizam tais métodos. Mas é indubitável que, em um processo de planejamento, a tomada de decisão tome relevância na busca de resultados nas empresas.

Dentro dos resultados esperados por uma empresa, existem as questões da sustentabilidade de suas ações. Sendo assim, o estudo do processo de tomada de decisão irá nos ajudar a entender como esse processo influencia nas questões da sustentabilidade.

Assim como nas pequenas empresas, no meio rural, em pequenas propriedades, o processo de tomada de decisão ainda é pouco focado. Não por sua menor influência no resultado das mesmas, mas, talvez, pela necessidade de simplificação desse processo. Dessa forma, esse trabalho irá buscar evidenciar o processo de tomada de decisão na pequena propriedade rural, e relacioná-lo aos aspectos da sustentabilidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o método de pesquisa utilizado no presente trabalho. Devido a natureza da questão envolvida mostrou-se mais adequado o tipo de pesquisa qualitativa, pois a mesma segundo Roesch (2005, p. 154), “e seus métodos de coleta e análise de dados são apropriadas para uma fase exploratória da pesquisa”. Segundo Vieira e Zouain (2006, p. 17), a pesquisa qualitativa se caracteriza pela “não utilização de instrumental estatístico na análise de dados”. Nesse capítulo serão definidas as estratégias de pesquisa, o ambiente onde ocorrerá a mesma e, por fim, suas etapas.

3.1 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A estratégia de pesquisa utilizada nesse trabalho é o estudo de caso, que segundo Vergara (2007, p. 49) é definida como “estudo circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas estas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo”. Segundo Yin (2001), o estudo de caso é a estratégia própria para se examinar acontecimentos contemporâneos. Ele conta com diversas técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas tem ainda as opções da observação direta e série sistemática de entrevistas. Diferencia-se por lidar com uma ampla variedade de evidências através de documentos, entrevistas, artefatos e observações passivas ou participantes.

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa bastante utilizada nas ciências sociais devido a dificuldade que outras técnicas de pesquisa encontram em distinguir entre o fenômeno e seu contexto. Sua crescente utilização se justifica na busca de alguns propósitos. O estudo de caso ajuda a explorar situações reais cujos limites não estão claramente delimitados, preservar o caráter individual do objeto de estudo, descrever situação do contexto da investigação e formular hipóteses ou desenvolver teorias. Além disso, o estudo de caso aplica-se bem na explicação das variáveis causais de um fenômeno em situações muito complexas que dificultam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2007). Identificamos o estudo de

caso como sendo uma estratégia de pesquisa adequada para estudar o processo decisório em uma pequena propriedade rural devido a complexidade de fatores que influenciam o processo e sua dificuldade de identificação.

Segundo Yin (2001, p. 29), no estudo de caso, “o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística)”. Os estudos de caso são generalizáveis a proposições teóricas e não a populações ou universos, não podendo ser utilizados como amostragens. Por esse motivo o estudo de caso não se preocupa com o tamanho da amostra no universo pesquisado, podendo ser utilizado o estudo de caso único ou estudo de casos múltiplos.

Com base no objetivo dessa pesquisa, podemos ainda classificá-la como pesquisa exploratória. Segundo Gil (2007), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito, com a finalidade de aprimorar idéias ou descobrir intuições. Para Vergara (2007, p. 47), “a investigação exploratória, que não deve ser confundida com leitura exploratória, é realizada em área onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. No caso de estudo de pequenas propriedades rurais, o processo de tomada de decisão e os aspectos da sustentabilidade não estão claramente sistematizados. As questões que envolvem a sustentabilidade no meio rural começaram a ser valorizadas e divulgadas com maior intensidade recentemente. Até pouco tempo, atrás o enfoque dado à agricultura era o da produtividade.

A pesquisa também pode ser qualificada como pesquisa descritiva, uma vez que busca descrever o processo de tomada de decisão do produtor em questão. Para Vergara (2007, p. 47), a pesquisa descritiva “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos... embora sirva de base para tal explicação”. Para Gil (2007, p. 42), uma das características mais significativas da pesquisa descritiva está “na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática”.

3.2 AMBIENTE DA PESQUISA

Esse trabalho terá como ambiente de pesquisa a região de Lomba Grande, interior do município de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. Segundo informações da prefeitura, o município possui área de 223,6 km² e está localizado a 40 km da capital Porto Alegre. A população do município é de 253.067 pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, senso 2007. O município, segundo o senso agropecuário 2006, possui 315 estabelecimentos agropecuários, totalizando uma área de 5.661 hectares, onde há uma predominância de ocupação de mão-de-obra familiar. Foram computados no último senso agropecuário (2006), 837 pessoas com laço de parentesco com o produtor contra 78 pessoas sem laço de parentesco como o produtor.

Segundo a prefeitura municipal de Novo Hamburgo, a região foi colonizada por imigrantes alemães que chegaram, ao Brasil, a partir do ano de 1824, onde se instalaram, ocupando as terras dos vales dos rios próximos a Porto Alegre. Müller (1998, p. 83), referindo-se aos imigrantes alemães que chegaram ao Rio Grande do Sul, cita que “aos interessados em imigrar para o Brasil eram oferecidos 50 hectares de terra”. A emancipação política do município se deu no ano de 1927, durante o governo de Antônio Augusto Borges de Medeiros. Seu crescimento econômico deve-se ao desenvolvimento das atividades industriais voltadas para o segmento do couro e de calçados, motivo pelo qual foi intitulada de Capital Nacional do Calçado, segundo dados da prefeitura municipal.

A escolha do local deve-se ao fato da facilidade de acesso ao produtor em questão. A apresentação da proposta desse trabalho facilitou a aceitação do produtor em prestar informações para a realização do mesmo. Outro fator que influenciou a escolha do município foi sua proximidade e facilidade de acesso com relação ao município de Porto Alegre, onde o autor desenvolve suas atividades. O produtor foi escolhido pelo fato de estar ligado a atividades do campo desde sua infância, de onde tirou o seu sustento e de sua família por muitos anos. Realizou durante esse tempo, diversas atividades em sua propriedade, modificando seu enfoque produtivo algumas vezes.

3.3 ETAPAS DA PESQUISA

Gil (2009, p. 137), referindo-se aos estudos de caso, afirma que “ao contrário do que ocorre com o levantamento, não há consenso por parte dos pesquisadores quanto às etapas a serem seguidas em seu desenvolvimento”. No entanto Yin (2001) apresenta uma estrutura bastante aceita por vários autores de algumas etapas para a condução de estudos de caso. Entre as etapas ele cita a preparação para a coleta de dados, a própria coleta de evidências, a avaliação e análise dos dados e a preparação do relatório.

3.3.1 Preparação para a Coleta de Dados

Essa fase terá como objetivo ter o primeiro contato com o ambiente estudado, buscando identificar características do local e do produtor. A identificação de tais características irá ajudar na definição de quais os melhores instrumentos para a coleta de dados, buscando o aumento da confiabilidade nos dados coletados e uma maior eficiência na sua coleta. Segundo Roesch (2005, p. 261), entre as fontes de coleta de dados estão incluídas: “observação participante, entrevistas (semi ou não estruturadas) com informantes, questionários com gerência e trabalhadores, análise de documentos, frequência a reuniões e conversas informais”.

No primeiro momento buscamos informações referentes ao histórico da propriedade, sua localização e características. Após esse levantamento, identificamos as atividades desenvolvidas e o processo de tomada de decisão presentes na mesma.

3.3.2 Coleta de Dados

A coleta de dados foi feita através de três entrevistas semi-estruturadas realizadas na propriedade estudada. Roesch (2005, p. 159), cita a entrevista semi-estruturada como adequada nos casos onde: “1- é necessário entender os

constructos que os entrevistados usam como base para suas opiniões e crenças sobre uma questão ou situação específica; 2- o objetivo da entrevista é desenvolver compreensão sobre o ‘mundo’ do respondente”. Tal entendimento se faz necessário para compreender a influência das crenças na tomada de decisão do produtor rural.

A coleta de dados se deu unicamente por meio de entrevistas realizadas com o proprietário da propriedade em estudo. Todas as entrevistas aconteceram na residência do proprietário das terras. As entrevistas foram gravadas para posteriormente serem analisadas. No primeiro encontro foi explicada a proposta de estudar a tomada de decisão do produtor. A forma de aplicar a entrevista se deu através de exposição dos tópicos, deixando o entrevistado falar livremente.

A primeira visita foi realizada no dia 07 de outubro de 2009, adotou-se a forma de entrevista semi-estruturada, onde os principais tópicos a serem abordados foram: histórico do produtor, família, descrição e histórico da propriedade. Também foram abordados, nesse dia, alguns tipos de atividades desenvolvidas pelo produtor. Estavam acompanhando o respondente, sua esposa, seu sobrinho de 42 anos e seu cunhado. Essa entrevista teve duração de aproximadamente 50 minutos.

Na manhã do dia 08 de novembro de 2009 foi realizada a segunda entrevista, também utilizando o instrumento de roteiro semi-estruturado. Essa entrevista durou aproximadamente uma hora e vinte minutos, estavam presentes a esposa do entrevistado e o mesmo sobrinho presente na entrevista anterior. O tópico abordado foi a escolha das principais atividades desenvolvidas na propriedade. Tais atividades não foram escolhidas apenas pelo critério de resultado financeiro, mas também pelo tempo de envolvimento do produtor na atividade, o uso da terra e a longevidade da atividade na propriedade. Ao final da entrevista o sobrinho do produtor apresentou a propriedade do mesmo, onde foram tiradas algumas fotografias, das quais selecionamos algumas para ilustrar esse trabalho.

Na tarde do dia 13 de novembro de 2009 foi realizada a terceira e última entrevista proposta por esse trabalho. Essa entrevista teve duração aproximada de duas horas e quarenta minutos, nessa ocasião estava presente com o entrevistado somente sua esposa. Durante a entrevista o produtor e sua esposa apresentaram fotos antigas da família, da propriedade e dos veículos, como o trator e o caminhão adquiridos por ele. Foi nessa entrevista que buscamos identificar os critérios da tomada de decisão. Os tópicos foram como e porque o produtor escolheu cada uma

das atividades mais relevantes, desenvolvidas na propriedade. Também nessa entrevistas foram abordadas as questões da sustentabilidade e a visão do entrevistado sobre essa questão.

O produtor estudado foi o senhor Valdemar Dias de Mello, residente na localidade de Lomba Grande, município de Novo Hamburgo.

4 ANÁLISE

A análise proposta por esse trabalho é a análise qualitativa dos dados. Segundo Yin (2001, p. 131), a análise de dados consiste em “examinar, categorizar, classificar em tabelas ou, do contrário, recombina as evidências tendo em vista as proposições iniciais de um estudo”. Baseados nos dados obtidos através das entrevistas, foi possível reconstituir e examinar um pouco da história do produtor e de seu processo de tomada de decisão.

Procuramos dispor as informações em ordem cronológica. A estratégia de análise utilizada é a baseada em proposições teóricas. Segundo Yin (2001, p. 133), a estratégia preferida nos estudos de caso “é seguir as proposições teóricas que levaram ao estudo de caso...a proposição ajuda a por em foco certos dados e ignorar outros”. Dessa forma procuramos relacionar os dados coletados com os padrões propostos na revisão da literatura.

4.1 HISTÓRICO DO PRODUTOR

O senhor Valdemar, hoje com 75 anos de idade, nasceu próximo da região onde esta sendo feito este estudo. Entre seus antepassados encontram-se familiares de origem indígena e germânica. Seus pais possuíam uma propriedade com aproximadamente 58 hectares de extensão. Lá ele nasceu e trabalhou até seus 28 anos de idade, quando depois de casado decidiu mudar-se. As principais atividades econômicas desenvolvidas na propriedade de seu pai eram a produção de derivados da mandioca, como farinha de mandioca e polvilho, e derivados da Cana-de-açúcar, como cachaça e melado. A farinha de mandioca e a cachaça com fins comerciais e os outros derivados para consumo próprio.

A família de onde o senhor Valdemar adveio, era formada por sete irmãos, onde quatro eram homens e três mulheres. Ele era o filho homem mais velho e ajudava seu pai nas atividades da propriedade, possuía uma irmã mais velha que ele. Plantavam mandioca e cana-de-açúcar, processavam, e vendiam seus derivados, principalmente a farinha de mandioca e a cachaça. No processo de

fabricação da farinha de mandioca e da cachaça, inicialmente não existiam motores, sendo que a força utilizada era a força animal e humana. Eventualmente ampliavam sua produção abastecendo-se de insumos produzidos por vizinhos. A atividade produtora de farinha de mandioca era tradicional na sua família, tendo sido exercida, também, por seu avô.

O senhor Valdemar não freqüentou escola. Todo seu conhecimento é oriundo da educação caseira. Relatou que seu pai era um homem de muita experiência e a passava aos filhos em ensinamentos práticos. Ele e seus irmãos eram muito respeitados pela educação e comportamento.

Segundo senhor Valdemar, seus afazeres diários, durante o tempo em que morava nas terras de seu pai, eram extremamente desgastantes, chegando a trabalhar vinte horas por dia durante os meses de inverno. Iniciavam às quatro horas da manhã e encerravam a meia noite, quando dormiam. Com o tempo foram adquiridos equipamentos para facilitar o trabalho de produção da farinha, o que reduziu a jornada de trabalho e o esforço humano na produção.

Aos vinte e dois anos de idade o senhor Valdemar casou-se com dona Odila e adquiriu uma nova posição na família, visto que até então suas atividades não eram remuneradas. A partir de seu casamento, a produção feita por ele era dividida meio por meio com seu pai, pois o mesmo era o dono da terra. Trabalhou nesse regime durante seis anos após casar, mas não estava satisfeito com a situação em que vivia. Decidiu, então, juntamente com sua esposa, que comprariam uma área de terra e iniciariam suas atividades de produção de maneira independente. O pai do senhor Valdemar afirmava que a terra que possuía era suficiente para ele e sua família, mas o senhor Valdemar decidiu comprar a própria terra, pois imaginava deixar a terra onde estava para seus irmãos mais novos.

No ano de 1962, adquiriu, mesmo contra a vontade de seu pai, a propriedade em estudo, na qual reside até hoje. Para realizar esse feito, ele vendeu quatro bois que possuía, contraiu empréstimos com dois bancos e pediu dinheiro emprestado, também, a um vizinho. Ainda nesse ano optou por continuar produzindo onde estava, pois a terra que havia adquirido não estava pronta para o cultivo. A nova terra era quase que totalmente coberta por mato, o que impossibilitava o plantio. Mesmo com dívidas a pagar, relata que seu pai não o ajudou no pagamento de suas contas, pois não deu nada a mais do que havia tratado: a metade da produção da

farinha do ano. Este fato o deixou bastante descontente, pois esperava, ao menos naquele primeiro ano, mais apoio daquele a quem tinha ajudado todo esse tempo.

Em 1963, quando completava 28 anos de idade, mudou-se com sua esposa e filhos para a nova terra. Tinha, nesta época, um filho com um mês de idade, uma filha com três anos e a filha mais velha com cinco anos de idade. O senhor Valdemar afirma que houve um grande esforço da família para vencer as dificuldades iniciais. Conta que, até mesmo as filhas pequenas, ajudavam a plantar a roça de mandioca, enterrando as pequenas ramas nas valas abertas pelo senhor Valdemar. Seus filhos sempre o ajudaram nas atividades da propriedade. Além das atividades diárias, todos eles freqüentaram a escola até o quinto ano do ensino fundamental, o que era oferecido, na época, pela escola local.

Sua primeira atividade ao chegar na nova propriedade foi roçar o mato e plantar mandioca, atividade na qual se focou nos primeiros dois anos. Vendeu as árvores grandes para serrarias e a lenha que sobrou, transformava em carvão, utilizando um forno que havia construído. O carvão era levado com carro-de-boi até o comércio local, onde era vendido semanalmente para ajudar na renda da família. Após o segundo ano, iniciou outras atividades que foram suficientes não só para pagar as dívidas como também para adquirir animais e ampliar seus rendimentos. Concluiu o pagamento das dívidas contraídas com as terras no quarto ano após sua aquisição.

A força de trabalho empregada na propriedade era da própria família. Para a capina, contratava, esporadicamente, trabalhadores que realizavam tal atividade durante alguns dias, quando havia bastante serviço. Também dispunha de um empregado permanente na propriedade, o qual era filho de um primo seu. Este empregado trabalhou com o senhor Valdemar durante onze anos. Atualmente, ganhou do mesmo, uma casa e terreno dentro da propriedade em estudo e desenvolve outro trabalho na região. Quando seu filho atingiu a idade adulta o senhor Valdemar já contava com o auxílio de um trator na propriedade. Para aumentar a renda, seu filho lavrava não apenas suas terras, mas também terras de vizinhos, aproveitando o implemento adquirido.

O senhor Valdemar sempre buscou ter um bom relacionamento com os moradores da região. Muito apreciador de festas, promovia em um pequeno salão construído em sua propriedade, bailes anuais. Os bailes eram iluminados com

candeeiros e lamparinas de carbureto, pois na época a energia elétrica ainda não havia chegado na propriedade. Era cobrando ingresso, para pagar as despesas coma a alimentação fornecida na festa. A procura era tão grande que não era possível receber todos os que ali se encontravam. O salão era pequeno, com uma área de aproximadamente 50 metros quadrados, o que dificultava o acesso a todos que gostariam de participar da festa. Atualmente, o senhor Valdemar não realiza mais bailes, mas ainda aprecia os encontros sociais. Todas as quartas-feiras, reúne oito amigos para jogar bocha e fazer churrasco em um galpão que construiu com essa finalidade.

Hoje, o senhor Valdemar e sua esposa estão aposentados e moram sem os filhos na sua propriedade, onde ainda criam alguns animais e plantam, porém não mais de forma intensiva. Sua produção atual é mais voltada para subsistência e venda do pequeno excedente para complementar a renda. Os filhos todos se casaram, moram na região em outras propriedades. Uma das filhas, juntamente com o marido, tira seu rendimento da terra, seguindo o exemplo do senhor Souza. Os outros filhos desenvolvem atividades distintas da atividade realizada por seus pais.

4.2 DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE

A propriedade em questão localiza-se a aproximadamente 50 km de distância da capital, Porto Alegre e 17 km do centro do município de São Leopoldo. Apesar de sua proximidade como a região central da cidade de São Leopoldo, pertence ao município de Novo Hamburgo e situa-se próximo da divisa entre este município e o município de Gravataí. A região é caracterizada por um relevo bastante irregular, onde podemos avistar muitos montes e pequenas planícies. A propriedade está disposta à margem oeste de um pequeno monte apresentando quase que em sua totalidade regiões de declividade moderada. Sua altitude é aproximadamente 130 metros de elevação em relação ao nível do mar. Pertence à bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, do qual dista em linha reta aproximadamente 10 km.

A área total do imóvel é de 20 hectares, onde 16 hectares foram adquiridos em um primeiro momento e 4 hectares foram adquiridos posteriormente. Distribui-se em uma faixa de terra irregular disposta no sentido norte-sul. Quando da aquisição

da terra a mesma possuía uma pequena construção, que em tempos anteriores, alojava uma pequena escola. Atualmente, entre as benfeitorias implantadas pelo senhor Valdemar encontramos: residência de alvenaria com aproximadamente 80 metros quadrados de área, onde mora o senhor Valdemar e sua esposa; galpão de madeira para abrigar veículos, estrebaria, onde também fica o trator; galpão para armazenar ferramentas do trator; uma residência para empregado; duas residências que foram doadas a ex-funcionários; galpão de lazer com cancha de bocha, onde realiza encontros com os amigos e vizinhos.

A cobertura vegetal predominante na região são os campos com a presença de pequenas matas e áreas de cultivos. As áreas, ainda preservadas, localizam-se principalmente em locais de grande declividade e entorno de pequenos cursos d'água. Na propriedade do senhor Valdemar existem algumas áreas de mata nativa remanescentes. Elas estão dispostas em três áreas distintas: parte mais alta do sítio, onde encontramos uma quantidade considerável de pedras, entre as quais existe uma vertente significativa; parte baixa do sítio onde há um curso d'água não perene; parte traseira da estrebaria, onde há um declive acentuado. Ainda espalhada pelas áreas de pastagens, encontramos alguns exemplares de árvores nativas que foram preservadas.

A água utilizada na propriedade é proveniente de uma vertente perene, localizada na parte alta do sítio a cerca de oitocentos metros da casa principal. A vertente encontra-se dentro da área de mata preservada e a água acumula-se em um reservatório escavado na pedra com aproximadamente 50 centímetros de profundidade. Abastece todas as residências dentro das terras do senhor Valdemar e os animais. O abastecimento das residências e dependências do sítio se dá pela força da gravidade, pois a vertente se encontra acima do nível das casas, não necessitando assim do uso de bombas ou motores para levar a água até seu local de consumo.

Na propriedade em estudo encontramos também, um pomar com aproximadamente noventa árvores frutíferas, localizado próximo da residência principal. Entre as variedades plantadas predominam a laranjeira e a bergamoteira. Encontram-se ainda, no mesmo pomar, exemplares de caquizeiros, pessegueiros e pereiras. Próximo ao pomar o senhor Valdemar possui um galinheiro, onde cria cerca de quarenta galinhas, criação que visa o consumo da família.

4.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PROPRIEDADE

Como primeiro passo para a identificação do processo de decisão e os efeitos da sustentabilidade no mesmo, procuramos relacionar quais os tipos de atividades que foram ou ainda são desenvolvidas na propriedade. Foram muitas as atividades desenvolvidas pelo senhor Valdemar. Listaremos nesse capítulo as atividades consideradas mais relevantes pelo produtor, não apenas devido ao fator financeiro, mas também pela representatividade do trabalho exigido ou tempo de duração da atividade na propriedade.

4.3.1 Produção Agrícola

A primeira atividade econômica realizada na propriedade foi o cultivo de mandioca. Esse cultivo predominou durante os dois primeiros anos em que o agricultor ocupou a terra. Para realizar esse cultivo, ele precisou derrubar a mata, então existente no local. Esse serviço foi bastante penoso, pois não contava com ajuda de máquinas, eram utilizadas apenas ferramentas de corte manual, como machado e foice, e o uso de bois para extração de raízes e transporte da lenha. A mandioca plantada era vendida toda para engenhos de farinha da região, onde um caminhão do próprio engenho passava para recolher a produção.

Com o passar do tempo, inseriu a cultura da batata-doce e hortaliças na propriedade. Com a finalidade de abastecer o mercado local, produzia aipim, couve, repolho e verduras em geral. Foi durante esse período que percebeu a necessidade de aquisição de uma pequena camionete com a finalidade de transportar a produção até seu cliente. Tais produtos eram vendidos a uma pequena fruteira localizada em Sapucaia.

A partir da entrada nesse novo mercado, notou a oportunidade de atender outros clientes como fruteiras e supermercados que buscavam fornecedores para tais produtos. Foi através de indicações feitas pela fruteira que atendia, que adquiriu novos clientes. Com o aumento da demanda formou-se a necessidade de aquisição de um veículo maior e maquinário para facilitar o trabalho. Foi onde adquiriu um

caminhão e um trator. Para esses clientes fornecia além da batata-doce, aipim, couve e repolho, todos os tipos de alimentos que dispunha, tanto de origem vegetal com de origem animal. Mesmo entregando toda a sua produção, ainda assim não supria a necessidade de seus clientes, que queriam mais produtos para vender.

Segundo o senhor Valdemar, essa foi a atividade de maior importância financeira para o produtor. Foi com o rendimento da venda destes produtos que adquiriu, trator, carro, construiu sua casa e comprou o caminhão. As entregas eram feitas semanalmente, visitando todos os clientes no mesmo dia. Eles pagavam pelo produto sempre a vista em dinheiro.

No depoimento do produtor foi relatado que, a área que cultivava com batata-doce e aipim era em torno de cinco hectares, onde plantava de maneira seqüencial. Plantava em períodos intercalados para possuir vários estágios de amadurecimento da produção, o que garantia várias safras durante um período maior de tempo. Nos meses de inverno, entregava aproximadamente duas toneladas de aipim por semana.

Relatou, também, que fazia rodízio nas áreas plantadas para evitar o esgotamento da terra. A cada dois anos trocava o local da roça, e deixava a antiga roça descansar por um período de dois a três anos para a terra se recuperar. Essa atitude nos remete ao conceito de sustentabilidade apresentado por Ruscheinsky (2004), onde se relaciona a exploração de um ecossistema sem comprometer sua capacidade de regeneração. Outra técnica utilizada para evitar o enfraquecimento da terra era a rotação de culturas dentro da roça e a adubação, tanto orgânica como química. O senhor Valdemar contou que próximo ao seu sítio existiam alguns criadores de frango, dos quais ele adquiria os excrementos para utilizar como adubo em sua terra.

4.3.2 Produção Leiteira

Após o segundo ano de cultivo da mandioca, o senhor Valdemar iniciou, paralelamente a essa atividade, o investimento na produção leiteira. Já possuía uma vaca e adquiriu outra de um vizinho. Como tinha comprador para toda a produção de leite, uma empresa de laticínios localizada no município de Porto Alegre, aumentou

seu rebanho. Com o tempo, trocou de empresa, passando a fornecer para uma empresa de Novo Hamburgo. Por fim, entregava sua produção para uma empresa de Ivotí. Chegou a possuir 14 vacas produtivas, o que lhe rendia de 60 a 100 litros de leite por dia. Toda a produção era recolhida por um caminhão que entregava diretamente a empresa de laticínios.

O principal alimento fornecido para os animais era cultivado na própria terra e algumas vezes em terras arrendadas pela região. Além da pastagem, ele complementava a alimentação das vacas leiteiras com mandioca e cana-de-açúcar. Fornecia aos animais duas carroças de mandioca e duas carroças de cana-de-açúcar por semana. Com o passar dos anos introduziu também ração como complemento alimentar para os animais. Informou que adquiria a ração nos centros consumidores onde já entregava sua produção agrícola.

Também nessa etapa produtiva o senhor Valdemar não possuía máquinas para facilitar a ordenha, sendo que, a mesma era realizada manualmente pelos familiares, principalmente pela sua esposa. Permaneceu nessa atividade por vinte e três anos. Segundo o senhor Valdemar a produção leiteira não era muito rentável, pois a produtividade dos animais depende da boa alimentação dos mesmos. Sua produção chegou a atingir o máximo de 113 litros de leite em um único dia. Os principais resíduos da atividade eram os excrementos dos animais e a sobra do alimento que caía no chão durante a alimentação dos mesmos. Tais resíduos eram transformados em adubo orgânico com a ajuda de minhocas e retornavam para a terra. Essa prática revela a preocupação com a reposição de nutrientes e melhoria das condições do solo citadas por Ruscheinsky (2004) na busca da sustentabilidade na dimensão ambiental.

Entre as principais dificuldades enfrentadas na atividade leiteira, o produtor destacou o fato de sentir-se lesado pela empresa compradora do insumo. Como o leite era recolhido pelo caminhão, sua pesagem ocorria na empresa e freqüentemente era menor que a pesagem verificada pelo senhor Valdemar em sua propriedade. Outro fato que o incomodava era a freqüente rejeição do leite por ser considerado "ácido". Perdia de 100 a 150 litros de leite por mês por ser considerado impróprio para consumo. Esses incidentes levaram o senhor Valdemar a repensar porque estava mantendo uma atividade tão desgastante e pouco lucrativa. Como já

estava desmotivado com a atividade, quando em um único mês perdeu 400 litros de leite devido à “acidez” do mesmo, resolveu acabar com a produção leiteira.

4.3.3 Produção Frutífera

Ao adquirir suas terras, o senhor Valdemar percebeu que existiam ali algumas árvores frutíferas antigas. Eram goiabeiras, laranjeiras e bergamoteiras. Resolveu então, aumentar e renovar seu pomar, plantando algumas mudas novas. Quando começou a entregar sua produção agrícola nas fruteiras e mercados da cidade, percebeu que poderia incrementar sua oferta com frutas produzidas em sua propriedade. A cada ano buscava em um viveiro localizado no município de Taquara, em torno de cinqüenta mudas de frutíferas para aumentar seu pomar. Plantava no inverno, e, em menos de um ano, já colhia algumas frutas das novas mudas. Seu pomar chegou a ocupar em torno de meio hectare de terra.

Começou a fornecer frutas para seus clientes em Sapucaia. Juntamente com a batata-doce, aipim e as hortaliças, entregava laranja, bergamota, pêra, caqui, ameixa, maçã e pêssego. Carregava seu caminhão com as frutas da estação e as vendia para as fruteiras e mercados. Com sua produção, chegava a entregar de sete a oito mil frutas por semana nas épocas de safra.

Entre as frutas mais produzidas, destaca-se a goiaba. Na propriedade já existiam alguns pés de goiabeira grandes. Devido a grande produtividade da fruta, resolveu vender para uma famosa fábrica de doces localizada em Cachoeirinha. Carregava seu caminhão duas vezes por semana para entregar goiaba na fábrica de doces. Da produção colhida em sua propriedade, afirmou que entregava 4,8 toneladas de goiaba por semana, durante o período de colheita. Além de sua produção, ainda comprava goiaba dos vizinhos e levava mais algumas cargas à Cachoeirinha.

Com o baixo preço pago pela fábrica de Cachoeirinha, tentou buscar um novo cliente localizado em Porto Alegre. Prometiam pagar mais pelo quilo da goiaba. Ao chegar em Porto Alegre descobriu que a nova fábrica de doces que compraria sua produção, não pagava muito mais do que a anterior, e como era necessário

percorrer uma distancia maior para entregar a goiaba, não era viável a troca do consumidor.

Segundo o produtor, a plantação de goiaba na propriedade do senhor Valdemar teve seu fim devido redução da produtividade da mesma. Com o passar do tempo, tanto sua produção como a produção de seus vizinhos diminuiu gradativamente o que diminuiu também a atratividade do negócio. Não sabe qual foi o motivo dessa queda. O senhor Valdemar relatou que até os dias atuais não tiveram mais safras significativas como as que tiveram na época em que vendiam a fruta. Tais fatores o levaram a arrancar quase todos os pés de goiabeira e aumentar a roça, pois a mesma estava sendo mais lucrativa.

4.3.4 Atividades não-agrícolas

Durante os relatos prestados pelo senhor Valdemar, foi possível identificar que ele e sua família, não viviam apenas das atividades produtivas. Em vários momentos de sua vida, dedicou-se também a atividades não-agrícolas. Iremos agora relacionar algumas dessas atividades que também colaboraram na construção do patrimônio e da renda da família.

Com a frequência de viagens até o centro consumidor onde entregava seus produtos às fruteiras e mercados, o senhor Valdemar percebeu uma oportunidade de aumentar sua renda. Como retornava com o caminhão vazio, era possível trazer, até a região onde morava, alguns insumos que eram demandados por ele e seus vizinhos. Comprava na cidade itens como: rações, adubos, sal e querosene que era utilizado na iluminação, pois na época não possuíam luz elétrica. Esses produtos eram adquiridos não apenas para consumo próprio, mas em quantidade suficiente para comercializar com seus vizinhos e moradores da região.

Nesse momento surgiu a atividade comercial na propriedade do senhor Valdemar, o que lhe ajudava a aumentar a receita financeira da família. Relatou que o ganho não era significativo devido às perdas por inadimplência, mas ainda assim o que restava ajudava a cobrir a despesa do caminhão e demais veículos.

Outra atividade não-agrícola exercida pelo senhor Valdemar era a realização de fretes na região e para o interior do estado. Como possuía caminhão, e suas entregas eram quase sempre uma vez por semana, o veículo apresentava potencial para aumentar sua produtividade. Resolveu, então, realizar fretes, oferecendo seus serviços aos conhecidos. Logo surgiram várias viagens para transportar mudanças para o interior do estado e para as praias. Transportava também animais para os produtores locais. Essa atividade lhe rendia um bom acréscimo na renda e aumentava a lucratividade do capital investido no caminhão.

4.4 TOMADA DE DECISÃO NA PROPRIEDADE

Para melhor entender o processo decisório na propriedade em estudo, é preciso identificar quem eram os agentes tomadores de decisão. Baseado no grau de individualidade e coletividade da decisão, apresentado por Gomes (2007), ela é considerada decisão individual, pelo fato de ser centralizada na figura do proprietário. O senhor Valdemar é o detentor do poder de decisão na família. Ainda segundo o mesmo autor, podemos enquadrá-las como decisões que não exigem grande velocidade para sua resolução, pois os processos eram gradativos e disponibilizavam tempo para o produtor aplicá-los.

4.4.1 Descrição da Tomada de Decisão

O primeiro processo decisório observado foi a escolha de abandonar as terras de seu pai e comprar as suas próprias. Senhor Valdemar relata que não tinha dúvidas quanto ao seu sucesso na nova terra, pois sabia que trabalhando da mesma forma que trabalhava para seu pai, teria uma boa produção. Existiam três motivações que o levaram a tomar tal decisão. Primeiro a sua preocupação em deixar as terras de seus pais para os irmãos mais novos, o que acabou não acontecendo, pois seus irmãos abandonaram a vida no campo, mudando-se para a cidade. Segundo, o fato de sentir-se incomodado em dividir sua produção pela metade com o dono da terra. E, em terceiro lugar, o desafio de provar para seu pai

que era capaz de ser bem sucedido, ao contrário do que o mesmo afirmava. Essas motivações relacionam-se ao que Robbins (2004) cita como: características do indivíduo que irá tomar a decisão. Características que, segundo ele, influenciam nos critérios de decisão, determinando o que é importante para a resolução do problema.

Outros processos decisórios foram observados dentro das atividades descritas anteriormente. Questionamos o senhor Valdemar sobre como e por que decidira implementar cada uma das atividades descritas. Quando questionado sobre por que havia escolhido o cultivo de batata-doce e mandioca em sua propriedade, o senhor Valdemar respondeu que sua escolha fora devido ao seu conhecimento dessas culturas. Realizara tais atividades desde pequeno. As atividades agrícolas lhe foram ensinadas por seu pai, que aprendeu de seu avô e assim sucessivamente, revelando que faz parte de uma descendência de agricultores. Demonstrou uma enorme afeição pela agricultura ao afirmar que, se fosse necessário recomeçar sua vida, iniciaria novamente pela roça. Afirmou que espera morrer plantando, pois sempre gostou disso, desde pequeno.

Com relação à atividade de produção leiteira, o senhor Valdemar relatou que tanto em sua família, como na família de sua esposa já se desenvolvia esta atividade, mas apenas para consumo próprio. Ao chegar à nova propriedade, muitos de seus vizinhos estavam envolvidos na produção de leite, a qual era recolhida por um intermediário e levada até um caminhão coletor. Decidiu também investir nessa produção influenciado pelos vizinhos que acreditavam ser importante ter a segurança de uma renda mensal idealizada na produção de leite. Expressou que sempre gostou de criar animais, e, apesar de obter pouco lucro com a atividade, gostava de ver os animais recebendo o trato na cocheira. Sentia prazer em ver os animais bonitos e com saúde. Porém, se lhe oferecessem retornar a atividade, atualmente, afirmou que não aceitaria. Considerou a atividade pouco rentável e muito cansativa, pois durante os vinte e três anos que a realizou não pode tirar um único dia de folga.

Na produção frutífera seus critérios de decisão foram em primeiro lugar econômicos. Pensou em aumentar seu pomar quando percebeu a aceitação do produto no mercado. Quando a produção de frutas diminuiu, eliminou algumas árvores frutíferas para aumentar sua roça. Outro critério de decisão foi a

diversificação de culturas, pois aumentaria a variedade de produtos para ofertar aos seus clientes.

4.4.2 Análise da Tomada de Decisão

Podemos notar que o processo de tomada de decisão na propriedade em estudo não envolvia métodos complexos para resolução de problemas. Muitas vezes, a tomada de decisão nem mesmo era reconhecida pelo senhor Valdemar, tamanha a naturalidade com que a exercia. Investia mais tempo na produção e realização de atividades, do que no planejamento das mesmas.

4.4.2.1 Critérios de Decisão nas Atividades

Os critérios de decisão não são claros nem mesmo para o produtor, pois como citado anteriormente o processo de decisão não era aprofundado pelo mesmo. Mesmo assim, em cada atividade escolhida para esse estudo é possível identificar critérios econômicos. As atividades descritas anteriormente possuíam na propriedade a principal finalidade de produzir renda para a família. Por isso é evidente que atividades não-rentáveis fossem descontinuadas.

Na atividade agrícola de cultivo a mandioca e batata-doce observam-se alguns critérios de decisão relacionados a segurança financeira do produtor. O conhecimento técnico e prático das culturas escolhidas diminuía o risco de erros por inexperiência. A existência de comprador para a produção eliminava o risco de não encontrar mercado para o produto. A idéia era não colocar em risco seu sustento e de sua família.

Na atividade de produção leiteira, também é percebida a questão da segurança financeira. O senhor Valdemar considerou para a escolha da atividade o seu conhecimento e de sua esposa na atividade e também a existência de um comprador para o produto. A “falsa” idéia de uma renda mensal garantida, também o influenciou na implantação da atividade. Essa busca por uma renda garantida ajuda a confirmar a idéia de segurança financeira para a família. Podemos relacionar a

crença do senhor Valdemar de que a atividade leiteira era uma renda garantida, com o que Robbins (2004) define como percepção, processo no qual a pessoa constrói sua própria versão da realidade. Esse processo também é explicado por March e Simon (1975) quando indicam que os passos que levam o agente a perceber uma situação envolvem processos afetivos e cognitivos.

Já a atividade de produção de frutas apresentou um novo critério para tomada de decisão. Foi a diversificação do mercado que o fez optar por essa atividade. De qualquer forma a questão de segurança não se exclui totalmente dessa decisão, pois diversificando sua oferta de produtos no mercado, atingiria um maior número de clientes, garantindo assim, seu retorno financeiro.

O principal critério de decisão evidenciado para definir a realização das atividades não-agrícolas, foi o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Ao retornar da cidade com o caminhão vazio, desperdiçava o veículo e o combustível não transportando nada nesse trajeto. Os fretes realizados também ajudavam a tornar o veículo mais rentável.

Mas, como vimos anteriormente a elaboração de critérios de decisão está relacionada com os valores e percepções do indivíduo. O que uma pessoa gosta influencia sua percepção da realidade, March e Simon (1965). Para relacionar como os valores do produtor influenciam nas suas percepções e escolhas é necessário identificá-los.

Durante a decisão de adquirir suas próprias terras, percebemos nitidamente a influência de valores pessoais no processo decisório. Podemos relacionar à decisão do senhor Valdemar, valores como: responsabilidade para com a família cuidando dos irmãos mais novos, a valorização e busca de remuneração justa pelo seu trabalho e a afirmação de sua capacidade.

Outros valores pessoais são identificados durante a descrição do processo decisório, quando o senhor Valdemar afirma seu apego pela atividade agrícola. Ele deixa claro que gosta de plantar e que valoriza essa atividade, juntamente com a atividade de criação de animais.

É possível relacionar segundo Gomes (2007), a terceira dimensão da tomada de decisão citada pelo autor como a satisfação de valores. Valores como o da responsabilidade e cuidado para com a família, podem ser identificados no critério

de decisão: segurança financeira, relatado anteriormente. Era através da busca pela segurança financeira que o senhor Souza poderia garantir a subsistência e o futuro dos filhos.

4.4.2.2 A Racionalidade na Decisão de Atividades

Dentro dos conceitos de limitação da racionalidade envolvida no processo decisório, apresentados por Simon (1965), nota-se que no caso estudado, tal limitação se evidencia. Em primeiro lugar pela especificação do conhecimento do senhor Valdemar quando adquiriu a nova propriedade. Seu conhecimento, a respeito dos tipos de atividades que poderiam ser desenvolvidas na nova propriedade, era limitado. Ele dominava e conhecia bem as atividades que já exercia desde criança, mas desconhecia todas as alternativas que poderiam ser aplicadas à nova situação. Por esse motivo poderíamos classificar a decisão do senhor Valdemar, nesse momento, como subjetivamente racional. Sua decisão de produzir mandioca, nos primeiros dois anos, apoiava-se em seu conhecimento de que tal atividade era rentável, baseado em sua experiência.

A questão da atividade leiteira também nos remete à subjetividade da racionalidade. Tanto o produtor como seus vizinhos acreditavam que a atividade leiteira era bastante rentável e segura. Mas foi verificado pelo senhor Valdemar, ao longo dos anos, que, problemas como a “acidez” do leite, grande demanda de mão-de-obra e o custo de oportunidade da terra utilizada na produção, inviabilizavam a atividade na propriedade. Durante a implantação da atividade não foram suficientemente considerados os riscos de perdas, e altos custos, devido à grande importância dada ao fator renda mensal.

Dessa forma a racionalidade envolvida no processo decisório ficou limitada pelo conhecimento disponível das conseqüências da implantação de cada atividade e pelo conhecimento limitado dos tipos de atividade que poderiam ser realizadas. O que confirma a não possibilidade de enquadrar a tomada de decisão dentro do conceito de racionalidade objetiva.

4.5 SUSTENTABILIDADE NA PROPRIEDADE

Perante as atividades desenvolvidas na propriedade em estudo, podemos relacionar os aspectos da sustentabilidade aplicados a cada atividade. Para que seja considerada sustentável uma atividade deve manter a capacidade de regeneração dos recursos utilizados ao longo do tempo, Ruscheinsky (2004).

Dentro das atividades desenvolvidas na propriedade do senhor Valdemar, verificamos que algumas se demonstraram sustentáveis em relação ao tempo e outras não. É possível identificar sobre qual aspecto da sustentabilidade as atividades não sustentáveis se tornavam inviáveis.

No aspecto da sustentabilidade das atividades e da propriedade, será preciso subdividir a análise, considerando as dimensões da sustentabilidade. Cabe ressaltar que tais dimensões possuem pesos diferenciados no processo de tomada de decisão. Através da observação dos critérios de decisão e dos valores pessoais relacionados ao longo desse trabalho, podemos verificar que a dimensão econômica da sustentabilidade ocupa um papel de destaque na tomada de decisão. As dimensões sociais e ambientais são reconhecidas, mas aparecem em segundo plano.

4.5.1 Dimensão Econômica da Sustentabilidade nas Atividades

A atividade agrícola foi bastante representativa na sustentabilidade econômica da propriedade. Como foi relatado ao longo do estudo, foi através da agricultura que o senhor Valdemar adquiriu sua independência financeira e construiu seu patrimônio. Essa atividade era importante, pois, segundo o senhor Valdemar, seu custo de produção é relativamente baixo, abrangendo sementes, adubo e mão-de-obra. Devido a isso e a sua boa rentabilidade no mercado era bastante lucrativa.

Outro fator que, segundo Moura (2002), indica a sustentabilidade econômica, é a autonomia estrutural do produtor. Podemos, segundo os relatos analisados, evidenciar que nessa atividade havia autonomia do produtor com relação à estrutura produtiva. Ele não necessitava de recursos de terceiros para realizar sua produção.

Realizava sua produção na própria terra, só eventualmente utilizava terras de vizinhos. Possuía os implementos para trabalhar a terra como arado e trator. Entregava seu produto direto ao seu cliente, não necessitando de atravessadores.

Por outro lado, segundo o senhor Valdemar, a atividade leiteira não apresentou bons indicadores para a dimensão econômica. Razão pela qual acabou extinta na propriedade em estudo. A produção de leite não apresentava uma boa lucratividade para o produtor. Seu alto custo com aquisição dos animais e alimentação dos mesmos, aliado ao baixo preço pago ao produtor pelo leite e às suas perdas, foram responsáveis pela redução do lucro da atividade.

Na questão autonomia do produtor, verifica-se a dependência dele para com outros agentes relacionada à entrega do produto. Devido a distância entre o produtor e as empresas de laticínio, não se tornava viável a idéia dele mesmo transportar sua produção, pois não era suficientemente volumosa para superar os gastos com o transporte. Também é considerada a questão do fornecimento para um único cliente, um aspecto negativo em fatores que indicam sustentabilidade econômica.

A produção de frutas deve ser dividida em dois processos para facilitar a análise. Primeiro iremos considerar a produção de frutas para o abastecimento dos mercados e fruteiras do município de Sapucaia. Depois iremos focar a produção de goiabas para a fábrica de doces.

A produção de frutas para o abastecimento dos mercados e fruteiras de Sapucaia apresentava melhores relações de sustentabilidade econômica que as frutas vendidas para a fábrica de doces. Segundo o senhor Valdemar, a fruta vendida na fruteira possuía um valor individual maior que as goiabas vendidas na fábrica de doces. Outra vantagem da produção para fruteiras era a diversificação de frutas, o que gerava várias safras, em períodos diferentes do ano, aumentando a constância da renda.

As atividades relacionadas ao transporte de mudanças e animais destacam-se na questão da produtividade dos recursos. Apesar de não possuir uma grande representatividade no critério receita familiar, ajudava a reduzir os custos de manutenção do caminhão.

Se considerarmos a propriedade como um todo na análise de fatores que indiquem sustentabilidade econômica, podemos notar que a mesma apresenta

pontos positivos e com potencial de sustentabilidade nessa dimensão. Notamos isso destacando os indicadores de lucro, autonomia estrutural do produtor e diversidade de mercados. A propriedade em estudo dá indicativos de sustentabilidade econômica, pelo tempo em que está produzindo e pelo fato de atingir os objetivos de sustentar a família e aumentar o patrimônio do senhor Valdemar.

4.5.2 Dimensão Social da Sustentabilidade nas Atividades

Segundo Sachs (2004), a dimensão social da sustentabilidade aborda questões como a inclusão de camadas menos favorecidas e melhoria na qualidade de vida. Entre as atividades desenvolvidas, a atividade agrícola tem grande importância no quesito sustentabilidade social. Essa atividade gerou, além da ocupação da mão-de-obra familiar, um emprego direto e várias contratações temporárias nas épocas de preparação e manutenção da roça e na época de colheita.

Outro fator, que indica a sustentabilidade social, verificado na atividade agrícola exercida na propriedade é a produção de alimentos sem o uso de produtos tóxicos. O senhor Valdemar relatou que não era favorável à utilização de herbicidas na sua produção, preferia utilizar métodos mecânicos, como a capina, para eliminar ervas daninhas. Na geração de alimentos de melhor qualidade, se está criando a expectativa de uma melhor qualidade de vida, mais saudável, na sociedade. Segundo Ruscheinsky (2004) a dimensão social da sustentabilidade inclui o estímulo ao consumo de alimentos de melhor qualidade biológica, produzidos sem a utilização de insumos tóxicos. Também podemos dizer que a agricultura despende menos tempo para sua realização se comparada a criação de animais. Por esse motivo gera mais oportunidades para o produtor e sua família exerceram atividades intelectuais ou de lazer.

Segundo o senhor Valdemar a criação de gado e produção de leite também nessa dimensão não apresentou bons indicadores. Apesar de absorver bastante mão-de-obra, exigia dedicação integral do tempo, pois além de produzir o alimento para as vacas, também era necessário alimentá-las e ordenhá-las em vários períodos do dia.

Outro fator que induz a baixa sustentabilidade social da atividade leiteira realizada na propriedade eram as lesões causadas pelo esforço repetitivo na ordenha dos animais. Como não contava com auxílio de ordenhadeiras mecânicas, o produtor relatou que o esforço necessário para ordenhar as 14 vacas causava “inchaço” nos pulsos das pessoas encarregadas da atividade, principalmente em sua esposa.

A produção de frutas na propriedade em estudo apresenta interessantes aspectos que nos remetem ao conceito de sustentabilidade social. A atividade pode facilmente ser conciliada com outras atividades, porque exige pouca dedicação de tempo, se comparada às atividades citadas anteriormente. Ela também é geradora de alimentos mais saudáveis uma vez que não utilizava agrotóxicos em sua produção, como sugere Ruscheinsky (2004). Outro aspecto a ser considerado é o menor desgaste físico necessário para a realização da atividade.

Como indicadores de sustentabilidade voltados a dimensão social, o CEBDS sugere ainda o nível de formação educacional ou escolaridade média. Apesar de não estar relacionado diretamente a nenhuma atividade, esse aspecto apresentou uma melhora na propriedade citada. Na primeira geração, o senhor Valdemar não freqüentou escola e sua esposa apenas as séries iniciais. Já na segunda geração, todos os filhos do casal freqüentaram a escola até o último ano que era oferecido pela mesma.

Pelo relato do senhor Valdemar, também houve melhora no quesito acesso a bens de serviço. Nos primeiros anos a família não possuía luz elétrica na propriedade e a água era buscada com carro-de-boi em um açude próximo. Hoje, não só a luz como a telefonia e o transporte público já atendem a propriedade. E a água chega naturalmente à propriedade devido à descoberta por parte do senhor Valdemar da vertente existente no sítio.

4.5.3 Dimensão Ambiental da Sustentabilidade nas Atividades

Quando falamos em sustentabilidade, o primeiro aspecto que lembramos são as questões ambientais. Na prática, porém, ele não é o primeiro a ser considerado no processo de tomada de decisão das empresas. Na propriedade estudada, essa realidade não é diferente. Apesar de ser reconhecida a importância dos fatores ambientais para a sustentabilidade das atividades desenvolvidas, esse não era um critério fundamental entre os critérios de decisão do senhor Valdemar. Mesmo assim é possível relacionar as atividades aos aspectos que indicam sustentabilidade ambiental.

Nas atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade encontramos pontos positivos para essa dimensão da sustentabilidade. Segundo o CEBDS, um indicador bastante utilizado para mensurar a dimensão ambiental das atividades é a quantidade de resíduos e efluentes gerada pela atividade. Segundo o produtor, os resíduos gerados pela agricultura na propriedade eram reaproveitados na alimentação dos animais ou na adubação orgânica da terra. Como não utilizava agrotóxicos na sua produção, o risco de geração de efluentes contaminados não existia,

O menor consumo de energia para realização das atividades também é um fator que nos remete à sustentabilidade ambiental. Na agricultura moderna o consumo de energia poderia existir na utilização de máquinas para lavar os produtos como a batata e o aipim. Segundo nos relatou, na propriedade do senhor Valdemar esse processo era manual. Não havia consumo de energia elétrica na produção agrícola apresentada na propriedade.

A derrubada da mata para criação de roças é um ponto negativo no impacto da agricultura sobre a sustentabilidade ambiental. Esse impacto foi contornado na propriedade por sistemas de conservação do solo como sugere Ruscheinsky (2004), utilizando rotação de culturas e adubação orgânica. Como nos relatou o proprietário, preferia, em muitas ocasiões, utilizar a grade puxada a bois, pois o trator revolia demais a terra, ocasionando erosão pluvial. Ao conservar a produtividade do solo em sua propriedade, não foi necessário desmatar toda a área da propriedade na busca de novas áreas para o plantio.

A atividade leiteira, no caso do senhor Valdemar, é difícil de mensurar seus impactos sobre as questões ambientais. Se analisarmos apenas as questões locais relacionadas aos resíduos gerados na produção de leite, os impactos foram pequenos. Os excrementos e o resto do alimento que caíam no chão e não eram mais aproveitados eram os principais resíduos percebidos na produção. Esses resíduos eram levados para uma composteira onde se transformavam em adubo, retornando para a terra sem causar prejuízo ao meio ambiente. Mas, se considerarmos a necessidade de terras para o plantio de pastagens e forragens, notaremos que essa atividade apresenta impactos na sustentabilidade ambiental, devido ao maior consumo de terras para produção de alimento. Segundo o produtor, essa atividade não consumia energia elétrica ou o uso de combustíveis, sendo executada manualmente.

Dentre as atividades desenvolvidas na propriedade, a produção de frutas é a que apresentou menor impacto no aspecto ambiental. Como a propriedade em questão possui algumas áreas com declividade, o cultivo de árvores frutíferas foi a atividade que menos necessitava de movimentação do solo, o que reduzia o risco de erosão pluvial. O cultivo de árvores também ajuda a evitar o aquecimento do solo causado pela insolação direta.

Essa atividade também não exigia consumo de energia elétrica ou o consumo de combustíveis, além do que, o esforço humano dispensado para a produção de frutas era pequeno se comparado às outras atividades. Como, segundo o senhor Valdemar, ele não utilizava agrotóxicos na produção frutífera, ela não oferecia riscos ao desenvolvimento da fauna local, onde segundo ele, se observavam muitos pássaros se alimentando de frutas e de insetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da sustentabilidade já não pode mais ser tratada como um enfeite para valorizar produtos ou empresas pelos simples fato de denominarem a si mesmas de sustentáveis. É necessário um comprometimento real com todos os aspectos envolvidos nesse conceito. Existe, atualmente, uma campanha mundial para que os consumidores sejam críticos com relação ao consumo de produtos de empresas despreocupadas com a sustentabilidade. Cada vez mais o mercado consumidor está demandando produtos que produzam baixo impacto nas questões ambientais e sociais.

Porém, nas atividades rurais, ainda não há uma cobrança da sociedade, no sentido de exigir do produtor maior responsabilidade com os recursos naturais. Ao consumir um alimento, dificilmente alguém se questiona sobre como ele foi produzido e quais os impactos dessa produção sobre o meio ambiente e a sociedade. Sabemos que em alguns alimentos a carga de agrotóxicos utilizada em sua produção é muito elevada. Em outras situações, produtores, em nome do aumento da produção, destroem os recursos naturais que estão sob seus cuidados. A pergunta feita pelo consumidor ainda é: onde encontrar o alimento mais barato.

Essa lógica nos conduz ao aumento da produção em escala e eliminação do pequeno produtor. É preciso mudá-la para um novo conceito de consumo: o consumo de alimento de qualidade, onde se deve valorizar também o impacto causado pelo processo produtivo do mesmo. Citando Marques (2003), “o desenvolvimento sustentável no seu conceito mais amplo não será alcançado enquanto prevalecer a lógica de mercado ao invés da lógica das necessidades”.

Nesse novo conceito, a agricultura familiar ocupa uma importante função. Ela sinaliza para um novo mercado consumidor. Um mercado preocupado em alcançar graus de sustentabilidade não atingidos pelos grandes produtores rurais. Esse estudo de caso nos ajuda a perceber práticas aplicadas na propriedade em questão que podem trazer benefícios para o aspecto da sustentabilidade dentro das três dimensões estudadas: econômica, social e ambiental. Práticas como o cuidado com a conservação do solo e a diversificação de culturas ainda não são valorizadas nas grandes propriedades preocupadas em extrair o máximo da terra.

Para entender melhor essa relação entre a agricultura familiar e a sustentabilidade foi necessário buscar o processo decisório e os valores que movem o pequeno proprietário em questão. Foi então que encontramos a resposta à pergunta: como a decisão de atividade de um pequeno proprietário rural pode influenciar a questão da sustentabilidade?

No caso estudado buscamos identificar quais os valores e critérios que o pequeno produtor utilizava para tomar suas decisões. Verificamos como um dos valores, a questão da segurança e da preocupação com o futuro de seus filhos. Já esse valor dá indicação de que suas decisões buscarão não apenas resultados imediatos. Serão vislumbrados resultados a longo prazo, o que segundo Ruscheinsky (2004) é necessário para ações que desejam ser reconhecidas como sustentáveis. Usar os recursos sem comprometer sua capacidade de regeneração.

É através dessa preocupação com o futuro dos filhos que podemos entender porque o produtor utilizava métodos de conservação da terra, utilizando rodízios de culturas e períodos de descanso para a mesma. A sua idéia é de que a terra continue sendo a provedora do sustento dos seus descendentes. A prática desse método de conservação, ajuda a manter a produtividade da terra e elimina a possibilidade de abandoná-la por tornar-se improdutivo. O senhor Valdemar afirmou em uma das entrevistas que não pretende vender a terra, pretende doá-la como herança aos filhos.

Sendo esse o valor que guia os critérios de decisão do produtor como nos indica Gomes (2007), não há como imaginar que, conscientemente, o mesmo tomara decisões que colocassem em risco as questões que levam à sustentabilidade da propriedade. Há por parte do pequeno produtor estudado, uma busca, mesmo que inconsciente, pelo equilíbrio entre os fatores econômicos, sociais e ambientais na sua propriedade.

Buscando analisar cada atividade, desenvolvida pelo produtor, sob os critérios de sustentabilidade, identificamos que algumas apresentavam aspectos mais ligados ao alcance da sustentabilidade que outras. Dentro dos critérios de sustentabilidade econômica, como nos indicou o senhor Valdemar, todas as atividades foram rentáveis, com especial atenção para a agricultura e a fruticultura. A atividade leiteira, segundo o produtor, apresentou baixa rentabilidade, mas não deu prejuízo a ele. Se considerarmos as atividades realizadas na propriedade estudada, podemos

afirmar que todas elas podem ser desenvolvidas, buscando obter memores impactos ao contexto ambiental da sustentabilidade.

Observamos, no caso em estudo, a existência de muitas atividades sendo realizadas paralelamente, como a agricultura, produção leiteira, fruticultura e atividades comerciais e de serviços. Nesse momento, é possível perceber a importância da pluriatividade para o desenvolvimento do produtor e da propriedade, pois através da exploração de diversas atividades não há uma sobrecarga nos recursos produtivos. Fator que também nos remete aos conceitos de sustentabilidade apresentados por Ruscheinsky (2004). Além da renda gerada pela produção agrícola, há também a geração de renda através de atividades não agrícolas.

A agricultura familiar nos apresenta aspectos bastante positivos nas questões da sustentabilidade na dimensão social como as melhorias na qualidade de vida citadas por Sachs (2004). Primeiro poderíamos considerar a não aglomeração da população nos centros urbanos, o que sobrecarrega a capacidade de absorção, pelo meio ambiente desses locais, dos impactos causados pela população. Podemos citar ainda, a questão do convívio familiar, onde há um envolvimento dos membros pela busca dos objetivos comuns, o que fortalece os laços de família.

Ela pode proporcionar a inclusão de camadas menos privilegiadas da sociedade em processos de geração de renda, o que aumenta a auto-estima do cidadão. E também, pode ser responsável pela diversificação da produção, melhorando a qualidade da alimentação não só do produtor e sua família, mas também do consumidor atendido pela propriedade. Fator que resultaria em mais saúde à população.

Com base nos efeitos ambientais da agricultura familiar encontrados no caso estudado, podemos verificar que, existe uma diferenciação da visão entre o pequeno proprietário de terra que busca conservar seu patrimônio e a empresa agrícola interessada em obtenção de lucro a curto prazo para seus acionistas. Como podemos observar no caso estudado, não é o uso intensivo da terra o responsável pelo sucesso do produtor rural, e sim a sua relação com a mesma. É necessário reconhecer os sinais que a natureza fornece ao produtor para não ultrapassar os limites de exploração dos recursos. Por isso é precisamos reencontrar a harmonia entre o homem e a natureza.

Esse trabalho nos impulsiona a acreditar que a agricultura familiar apresenta boas razões para ser estimulada. Pois, no caso estudado, tanto na dimensão econômica como na ambiental, a propriedade em questão nos leva a crer no seu sucesso desse modelo de produção. Os resultados alcançados pelo senhor Valdemar em sua propriedade, confirmam a possibilidade de sustentar uma família com três filhos e um empregado com o rendimento advindo da terra. E, tal fato não implica na sua exploração a ponto de comprometer todos os recursos disponíveis. Um exemplo disso foi a preservação da mata na parte alta da propriedade. O fato de preservar não lhe trouxe um lucro financeiro direto, mas foi graças a ela que hoje possui uma grande riqueza no sítio, que é a água proveniente de sua vertente.

Finalmente, podemos concluir que a decisão de diversificação de atividades na pequena propriedade rural estudada é um aspecto bastante importante para se atingir a sustentabilidade da mesma. É através dela que o produtor garante sua subsistência e seu mercado consumidor. As diversificações dos tipos de culturas produzidas na propriedade aumentam as possibilidades de se atingir novos mercados. Quanto maior a variedade de produtos ele oferecer ao mercado, menor a possibilidade de ficar sem cliente.

Outra vantagem da diversificação é a segurança em relação à ocorrência de imprevistos, como a infestação de alguma praga, perdas de produção por fatores climáticos ou até mesmo excesso de um determinado produto no mercado. Diversificando, o produtor não fica a mercê desses fatores, pois se um produto foi atingido, restam os outros para garantir a renda da família.

A diversificação de atividades atinge também, como mencionado anteriormente, a questão da sustentabilidade ambiental. Ter pequenas produções de diversos itens amplia a possibilidade do meio ambiente absorver os impactos causados pelas mesmas. Isso também facilita a rotatividade de culturas e diminui a possibilidade de surgimento de doenças e pragas. Em grandes cultivos, a eliminação da diversidade da flora, reduz a população de animais silvestres que em muitos casos são controladores biológicos de certos insetos ou parasitas dos produtos cultivados. Dessa forma muitos produtores buscam ajuda nos agrotóxicos para solucionar o problema causado por eles mesmos.

O ambiente da agricultura familiar estudado é o lugar ideal para a aplicação do conceito da diversificação, pois devido a menor quantidade de terras colocadas a

disposição e a maior participação da mão-de-obra familiar, é possível atender melhor as demandas das diversas atividades. Além disso, é nela onde encontramos maior necessidade de sucesso, pois foram através dessas atividades que essa família sobreviveu e construiu seu patrimônio.

A limitação do presente estudo baseia-se nos seguintes aspectos:

O estudo de caso realizado baseou-se em depoimentos de apenas um indivíduo, especificamente o proprietário da terra. Não foi possível o acesso a documentos ou o acompanhamento das atividades e processos na propriedade, o que impossibilita uma análise mais profunda do processo de tomada de decisão e das questões da sustentabilidade. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa e um estudo de caso único não é possível a generalização dos resultados encontrados. Não há comparação dos resultados encontrados no caso estudado com resultados encontrados em outras realidades.

O presente trabalho sugere que sejam realizadas novas pesquisas, buscando acessar os dados históricos das propriedades estudadas, com a finalidade de adquirir mais subsídios para conclusões mais aprofundadas sobre o assunto da tomada de decisão e das questões de sustentabilidade. Comparações entre o passado e as condições do presente da propriedade podem ser úteis para identificar os resultados obtidos através das atividades desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ANDRADE, Eduardo Leopoldino de. **Introdução à pesquisa operacional**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1990.
- CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. CEBDS. Disponível em: <<http://www.cebds.org.br/cebds/Artigos.asp?ID=318>> . Acesso em 27 de abril de 2009.
- EMPRESA BASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. EMBRAPA. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>> . Acesso em 12 de agosto de 2009.
- FREITAS, Sérgio Henrique de Almeida. Et al. Água, Sustentabilidade e Meio Ambiente: importância, problemas, conceitos, determinações e valoração – uma simples reflexão. Anais do **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Ribeirão Preto – SP, 2005.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOMES, Luiz Flavio Autran Monteiro. **Teoria da Decisão**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- GOMES, Luiz Flavio Autran Monteiro; ARAYA, Marcela Cecília González; CARIGNANO, Claudia. **Tomada de Decisões em Cenários Complexos**. São Paulo: Thomson, 2004.

- GUIMARÃES, Hegler Machado; ALVIM, Maria Isabel da Silva Azevedo. A Conscientização Ambiental: agricultura e desenvolvimento sustentável. Anais do **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Ribeirão Preto – SP, 2005.
- HAMMOND, Jonh S. **Decisões inteligentes**: somos movidos a decisão. Como avaliar alternativas e tomar a melhor decisão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > . Acesso em 14 de setembro de 2009.
- JORNAL O GLOBO. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sp/mat/2008/12/22/chuva-provoca-inundacoes-alaga-casas-em-sorocaba-587520203.asp>>. Acesso em 23 de abril de 2009.
- KIMURA, Herbert. Administração de Riscos em Empresas Agropecuárias e Agroindustriais. São Paulo, **Cadernos de Pesquisas em Administração**, v. 1, n. 7, 2º trimestre 1998, p.51-61.
- LEMOS, Amália Inês Geraiges de. E et al. **América Latina**: sociedade e meio ambiente. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LUCENA, Luciana de Figueiredo Lopes. A Análise Multicriterial na Avaliação de Impactos Ambientais. Anais do **I Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. Campinas, SP, 1996. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/i_en/mesa3/7.pdf> . Acesso em 10 de junho de 2009.
- MARCH, James Gardner; SIMON, Alexander Herbert. **Teoria das Organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- MARQUES, João Fernando. Et al. **Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas**. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2003.

- MILLER, David Wendel; STARR, Martin K. **Estrutura das decisões humanas**. Rio de Janeiro: FGV, 1970.
- MINTZBERG, Henry. **O Processo da Estratégia**: conceitos, contextos e casos selecionados. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- MOTA, José Aroudo. **O valor da natureza**: economia e política dos recursos naturais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- MOURA, Lino Geraldo Vargas. **Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar**: o caso dos fumicultores de Agudo-RS. Dissertação (mestrado). Faculdade de Ciências Econômicas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2002.
- MÜLLER, Carlos Alves. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Banrisul, 1998.
- NOSSO FUTURO COMUM – RELATÓRIO BRUNDTLAND. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>> . Acesso em 10 de junho de 2009.
- PEREIRA, Maria José Lara de Bretas. FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da decisão**: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO. Disponível em: <<http://www.novohamburgo.rs.gov.br>> . Acesso em 14 de setembro de 2009.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Administração e contexto brasileiro**: esboço de uma teoria geral da administração. Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- ROBBINS, Stephen Paul. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. São Paulo: Atlas, 2005.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Sustentabilidade**: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento** : includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SIMON, Herbert Alexander. **Comportamento administrativo** : estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. Rio de Janeiro: FGV, 1965.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WELGACZ, Hanna Tatarchenko. E et al. Avaliação da Escolha de um Fornecedor Sob Condições de Risco a Partir do Método de Árvore de Decisão. Anais do **XXXI encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Rio de Janeiro, 2007.

YIN, Robert K.. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS



Anexo 1: Residência do senhor Valdemar e horta para consumo próprio.



Anexo 2: Roça e campo na propriedade do senhor Valdemar.



Anexo 3: mata preservada na parte alta do sítio, onde está localizada a vertente.



Anexo 4: Senhor Valdemar e sua esposa.